

ELETRA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Srs. Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da
ELETRA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Goiânia – GO**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ELETRA - Fundação de Previdência Privada (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Entidade e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Incerteza de continuidade em Investimentos relevantes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 5.C, Realizável dos Investimentos (Planos Previdenciais e PGA) que, em nossas análises dos fundos de investimentos, identificamos que o relatório dos seus auditores independentes apresentou modificação de opinião e ênfase. O FIP Geração de Energia possui o relatório do auditor independente com abstenção de opinião devido ao investimento em ações das companhias de capital fechado Bolt Energias S.A. e STIG Energia e Projetos S.A. Os FIDCs de emissão do Banco BVA do Fundo Multisetorial Itália apresentam ressalva sobre as despesas com ações judiciais e serviços advocatícios registrados por regime de caixa e parágrafo de ênfase nos fundos Mult Master II e Mult Master III sobre processos cíveis em que os fundos são partes e que não estão provisionados. O FIP Industrial Parks possui ênfases sobre a venda de companhias investidas ocorridas subsequentemente à data das demonstrações financeiras, continuidade operacional da companhia investida GRP GP29 Empreendimentos S.A. e referente ao prazo de duração do fundo. O FICM II de Renda Fixa apresenta ênfase sobre a incorporação de fundo de investimento. O FIP BER possui ênfase sobre os relatórios dos auditores independentes referente aos investimentos nas Companhias Hollow Tree Holding S.A., Brave Winds Geradora S.A. e Livramento Holding S.A., decorrente da incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. E, por fim, o MULTINER FIP consta parágrafo de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



Russell Bedford

taking you further

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

I - BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(EM R\$ MIL)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
DISPONÍVEL	4	21	102	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.549	2.374
				Gestão Previdencial	6	2.023	1.899
REALIZÁVEL	5	753.151	760.485	Gestão Administrativa	7	520	469
Gestão Previdencial	5 A	3.407	3.207	Investimentos	8	6	6
Gestão Administrativa	5 B	2.333	2.855				
Investimentos		747.411	754.424	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	5.767	10.412
Títulos Públicos	5 C	261.282	239.207	Gestão Previdencial		3.803	8.001
Ativos Financeiros de Crédito Privado	5 C	1.086	2.338	Gestão Administrativa		1.964	2.411
Fundos de Investimentos	5 C	467.995	486.333				
Investimentos Imobiliários	5 C-1	12.137	18.359	PATRIMÔNIO SOCIAL	10	744.949	747.880
Operações com Participantes	5 C	4.911	8.187	Patrimônio de Cobertura do Plano		734.587	701.273
				Provisões Matemáticas		818.657	764.231
				Benefícios Concedidos		633.841	586.790
				Benefícios a conceder		203.202	184.408
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(18.386)	(6.967)
				Equilíbrio Técnico	11	(84.070)	(62.958)
				Resultados Realizados		(84.070)	(62.958)
Imobilizado e Intangível	5 D	93	79	(-) Déficit Técnico Acumulado	11 A	(84.070)	(62.958)
Imobilizado	5D	93	79	Fundos		10.362	46.607
				Fundos Previdenciais	12 A-1	2.326	37.158
				Fundos Administrativos	12 A-2	7.111	8.492
				Fundos para Garantia das operações com participantes	12 A-3	925	957
TOTAL DO ATIVO		<u>753.265</u>	<u>760.666</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>753.265</u>	<u>760.666</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

**II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	747.880	763.257	(2,01%)
1. Adições	83.463	111.304	(25,01%)
(+) Contribuições Previdenciais	20.837	20.181	3,25%
(+) Portabilidade	74	-	0,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	55.215	88.161	(37,37%)
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	4.194	-	0,00%
(+) Receitas Administrativas	2.812	2.723	3,27%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	331	239	38,49%
2. Destinações	(86.394)	(126.681)	(31,80%)
(-) Benefícios	(53.079)	(52.153)	1,78%
(-) Portabilidade / Resgates	(4.126)	(5.789)	(28,73%)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	(24.632)	(63.647)	(61,30%)
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	(733)	0,00%
(-) Despesas Administrativas	(4.524)	(4.178)	8,28%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Administrativa	(1)	-	0,00%
(-) Reversão de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(32)	(132)	(75,76%)
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	-	(49)	0,00%
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(2.930)	(15.377)	(80,95%)
(+/-) Provisões Matemáticas	54.427	18.638	192,02%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(21.112)	(35.067)	(39,80%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(34.831)	2.450	(1.521,67%)
(+/-) Fundos Administrativos	(1.382)	(1.266)	9,16%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(32)	(132)	(75,76%)
B) Patrimônio Social – Final do Exercício (A+3)	744.950	747.880	(0,39%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO ELETRA 1
(Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	71.778	76.668	(6,38%)
1. Adições	7.126	6.803	4,75%
(+) Contribuições	923	362	154,97%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.203	6.441	(3,70%)
2. Destinações	(8.706)	(11.693)	(25,55%)
(-) Benefícios	(8.160)	(7.954)	2,59%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos	(378)	(3.615)	(89,54%)
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(125)	(82)	52,44%
(-) Custeio Administrativo	(43)	(42)	2,38%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(1.580)	(4.890)	(67,69%)
(+/-) Provisões Matemáticas	2.451	(990)	(347,58%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4.031)	(3.900)	3,36%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	70.198	71.778	(2,20%)
C) Fundos não Previdenciais	(63)	(20)	215,00%
(+/-) Fundos Administrativos	(26)	(24)	8,33%
(+/-) Fundos dos Investimentos	(37)	4	(1.025,00%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO CELGPREV
(Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	666.651	675.741	(1,35%)
1. Adições	76.129	104.262	(26,98%)
(+) Contribuições	22.725	22.542	0,81%
(+) Portabilidade	74	-	0,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	49.011	81.720	(40,03%)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.319	-	0,00%
2. Destinações	(76.065)	(113.353)	(32,90%)
(-) Benefícios	(44.918)	(44.199)	1,63%
(-) Portabilidade / Resgates	(4.126)	(5.789)	(28,73%)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(24.253)	(60.032)	(59,60%)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(652)	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(2.768)	(2.681)	3,25%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	64	(9.089)	(100,70%)
(+/-) Provisões Matemáticas	51.976	19.629	164,79%
(+/-) Fundos Previdenciais	(34.831)	2.450	(1.521,67%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(17.081)	(31.168)	(45,20%)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	666.715	666.651	0,01%
C) Fundos não Previdenciais	(1.351)	(1.378)	(1,96%)
(+/-) Fundos Administrativos	(1.356)	(1.242)	9,18%
(+/-) Fundos dos Investimentos	5	(136)	(103,68%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CELGPREV
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
1. Ativos	678.583	684.075	(0,80%)
Disponível	6	91	(93,41%)
Recebíveis Previdencial	9.805	10.960	(10,54%)
Investimento	668.772	673.024	(0,63%)
Títulos Públicos	227.156	208.275	9,07%
Ativos Financeiros de Crédito Privado	1.086	2.338	(53,55%)
Fundos de Investimentos	425.643	438.633	(2,96%)
Investimentos Imobiliários	10.410	16.342	(36,30%)
Operações com Participantes	4.477	7.436	(39,79%)
2. Obrigações	4.569	8.775	(47,93%)
Operacional	1.687	1.573	7,25%
Contingencial	2.882	7.202	(59,98%)
3. Fundos Não Previdenciais	7.298	8.648	(15,61%)
Fundos Administrativos	6.398	7.753	(17,48%)
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	900	895	0,56%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	666.716	666.652	0,01%
Provisões Matemáticas	732.250	680.274	7,64%
Superávit/Déficit Técnico	(67.860)	(50.780)	33,64%
Fundos Previdenciais	2.326	37.158	(93,74%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(67.860)	(50.780)	33,64%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	23.919	12.944	84,79%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(43.942)	(37.836)	16,14%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ELETRA1
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
1. Ativos	72.197	73.712	(2,05%)
Disponível	6	5	9,45%
Receível	713	739	(3,54%)
Investimento	71.478	72.967	(2,04%)
Títulos Públicos	34.125	30.932	10,32%
Fundos de Investimentos	35.192	39.267	(10,38%)
Investimentos Imobiliários	1.727	2.017	(14,38%)
Operações com Participantes	434	751	(42,23%)
2. Obrigações	1.262	1.132	11,51%
Operacional	342	333	2,78%
Contingencial	920	799	15,14%
3. Fundos Não Previdenciais	738	802	(8,05%)
Fundos Administrativos	713	739	(3,54%)
Fundos dos Investimentos	25	63	(60,59%)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	70.197	71.778	(2,20%)
Provisões Matemáticas	86.407	83.957	2,92%
Superávit/Déficit Técnico	(16.210)	(12.179)	33,10%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(16.210)	(12.179)	33,10%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.428	3.368	31,47%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(11.782)	(8.811)	33,72%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADO)
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.492	9.758	(12,97%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.142	2.962	6,08%
1.1. Receitas	3.142	2.962	6,08%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.811	2.723	3,23%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	331	239	38,49%
2. Despesas Administrativas	(4.524)	(4.178)	8,28%
2.1. Administração Previdencial	(4.524)	(4.178)	8,28%
Pessoal e Encargos	(2.675)	(2.631)	1,67%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(12)	(10)	20,00%
Viagens e Estadias	(6)	(26)	(76,92%)
Serviços de Terceiros	(1.192)	(842)	41,57%
Despesas Gerais	(374)	(418)	(10,53%)
Depreciações e Amortizações	(56)	(46)	21,74%
Tributos	(208)	(205)	1,46%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	(49)	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.381)	(1.266)	9,08%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.381)	(1.266)	9,08%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	7.111	8.492	(16,26%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO CELGREV
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.753	8.994	(13,80%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.079	2.911	5,77%
1.1. Receitas	3.079	2.911	5,77%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.768	2.681	3,25%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	311	230	35,22%
2. Despesas Administrativas	(4.434)	(4.102)	8,09%
2.1. Administração Previdencial	(4.434)	(4.102)	8,09%
Pessoal e Encargos	(2.634)	(2.590)	1,70%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(12)	(10)	20,00%
Viagens e Estádias	(6)	(26)	(76,92%)
Serviços de Terceiros	(1.158)	(823)	40,70%
Despesas Gerais	(368)	(411)	(10,46%)
Depreciações e Amortizações	(55)	(44)	25,00%
Tributos	(201)	(198)	1,52%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	(50)	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.355)	(1.241)	9,19%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.355)	(1.241)	9,19%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	6.398	7.753	(17,48%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ELETRA1
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	739	763	(3,15%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	63	51	23,53%
1.1. Receitas	63	51	23,53%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	43	42	2,38%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	20	9	122,22%
2. Despesas Administrativas	(89)	(76)	17,11%
2.1. Administração Previdencial	(89)	(76)	17,11%
Pessoal e Encargos	(41)	(41)	0,00%
Serviços de Terceiros	(34)	(20)	70,00%
Despesas Gerais	(6)	(7)	(14,29%)
Depreciações e Amortizações	(1)	(1)	0,00%
Tributos	(7)	(7)	0,00%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	1	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(26)	(25)	4,00%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(26)	(25)	4,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	713	739	(3,52%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – CELGPREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	672.185	676.322	(0,61%)
1. Provisões Matemáticas	732.250	680.274	7,64%
1.1. Benefícios Concedidos	529.053	495.872	6,69%
Benefício Definido	529.053	495.872	6,69%
1.2. Benefícios a conceder	203.202	184.408	10,19%
Contribuição Definida	202.208	183.651	10,10%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	101.221	91.676	10,41%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	100.987	91.975	9,80%
Benefício Definido	994	757	31,31%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(5)	(6)	(16,67%)
(-) Serviço Passado	(5)	(6)	(16,67%)
(-) Participantes	(5)	(6)	(16,67%)
2. Equilíbrio Técnico	(67.860)	(50.780)	33,64%
2.1. Resultados Realizados	(67.860)	(50.780)	33,64%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(67.860)	(50.780)	33,64%
3. Fundos	3.226	38.053	(91,52%)
3.1. Fundos Previdenciais	2.326	37.158	(93,74%)
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes – Gestão Previdencial	900	895	0,56%
4. Exigível Operacional	1.687	1.573	7,25%
4.1. Gestão Previdencial	1.681	1.567	7,28%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	6	1,19%
5. Exigível Contingencial	2.882	7.202	(59,98%)
5.1. Gestão Previdencial	2.882	7.202	(59,98%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - ELETRA1
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	71.484	72.972	(2,04%)
1. Provisões Matemáticas	86.407	83.957	2,92%
1.1. Benefícios Concedidos	104.788	90.918	15,26%
Benefício Definido	104.788	90.918	15,26%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(18.381)	(6.961)	164,06%
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	(18.381)	(6.961)	164,06%
(-) Assistidos	(18.381)	(6.961)	164,06%
2. Equilíbrio Técnico	(16.210)	(12.179)	33,10%
2.1. Resultados Realizados	(16.210)	(12.179)	33,10%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(16.210)	(12.179)	33,10%
3. Fundos	25	62	(59,95%)
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes – Gestão Previdencial	25	62	(59,95%)
4. Exigível Operacional	342	333	2,78%
4.1. Gestão Previdencial	342	333	2,78%
5. Exigível Contingencial	920	799	15,14%
5.1. Gestão Previdencial	920	799	15,14%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A. Constituição

A ELETRA - Fundação de Previdência Privada é uma pessoa jurídica de direito privado de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, enquadrando-se como entidade fechada de previdência complementar, instituída pela Portaria n. 2.342, de 27 de novembro de 1980, do Ministério da Previdência Social - MPS e tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de rendas ou de pecúlios, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus grupos familiares ou àqueles que a estes se assemelhem, vinculados às patrocinadoras da Entidade, mediante contribuições de seus participantes, das respectivas patrocinadoras ou de ambos, na forma que dispuserem os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n. 4.661, de 25 de maio de 2018 e posteriores alterações.

Naquela condição, encontra-se submetida às Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como às suas alterações e demais regulamentações posteriores. Por decorrência, obedece às normas e instruções emanadas das disposições do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

B. Planos de Benefícios

Para a consecução de seus objetivos e em complementação às contribuições dos participantes, as patrocinadoras efetuam contribuições de acordo com percentual determinado segundo o plano de custeio. O custeio dos planos de benefícios da Fundação, que se enquadram nas modalidades Benefício Definido e Contribuição Variável, estão a cargo das patrocinadoras e dos participantes que aderiram aos planos de benefícios administrados pela ELETRA, cabendo a eles as respectivas contribuições paritárias, definidas atuarialmente.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



B.1. Plano de Benefícios Eletra 1 - CNPB n. 1980002347

Participam deste Plano de Benefício Definido aqueles que já detinham a condição de participante da ELETRA até a criação do Plano Celgprev. Este Plano foi instituído em 1980, no início das atividades da ELETRA e está em extinção, ou seja, foi fechado para novas adesões e continua mantido apenas para os Assistidos.

A ELETRA possuía, na data de 31 de dezembro de 2021, em seu Plano de Benefício Definido, o seguinte quantitativo de participantes assistidos:

Plano Eletra1 – BD	2021	2020
Aposentados	89	97
Pensionistas	35	28
Total	124	125
Idade Média Participantes Plano Eletra1 - BD		
Aposentados		75,73
Pensionistas		70,40

B.2. Plano de Benefícios CELGPREV - CNPB n. 2000006965

Plano de Contribuição Variável (Contribuição Definida para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco), instituído pela CELG e pela ELETRA para os funcionários que ingressaram na CELG, a partir de 2001 e para aqueles que migraram do Plano Eletra 1.

Seu Regulamento foi analisado, nos termos da Instrução Previc n. 4 de 26/08/2011, e aprovado em 02 de junho de 2014 pela PREVIC.

A ELETRA possuía, na data de 31 de dezembro de 2021, em seu Plano de Contribuição Variável, o seguinte quantitativo de participantes ativos e assistidos:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Plano Celgprev – CV	2021	2020
Ativos	1.078	1.074
Autopatrocinaados/BPD	9	9
Aposentados	744	773
Pensionistas	400	391
Total	2.231	2.247
Idade Média Participantes Plano Celgprev - CV		
Ativos/Autopatrocinaados/BPD		49,66
Aposentados		71,87
Pensionistas		70,80

Os benefícios abrangidos pelos planos da ELETRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria proporcional;
- Suplementação de pensão e
- Abono anual.

B.3. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Instituído em janeiro de 2010, nos termos das Resoluções CGPC n. 28, de 26 de janeiro de 2009 e CGPC n. 29, de 31 de agosto de 2009, com o objetivo de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da EFPC, na forma do seu Regulamento. A Resolução CGPC n. 28, de 26 de janeiro de 2009, foi revogada pela Resolução CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011, e ainda, alterada pela Resolução CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C. Patrocinadoras / Participantes / Planos de Benefícios da Fundação

Os planos de benefícios da ELETRA, denominados Celgprev (CV) e Eletra 1 (BD) são patrocinados por:

- CELG D - Celg Distribuição S.A. (ENEL Distribuição Goiás);
- CELG GT - Celg Geração e Transmissão S.A.;
- CELGPAR - Companhia Celg de Participações;
- Pela própria ELETRA, que patrocina seus empregados; e
- VIVACOM Planos de Saúde.

Os participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade compreendem os empregados, ex-empregados das patrocinadoras e demais beneficiários inscritos nos mesmos, em conformidade com os regulamentos de cada plano.

A escrituração contábil da Entidade é realizada de forma a segregar os bens, direitos e obrigações de cada plano de benefício. A mesma utiliza o Plano de Gestão Administrativa - PGA para registro de todas as operações de gestão administrativa dos seus planos de benefícios, segregando, também, o PGA por plano de benefício.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria Entidade, e ainda, por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pela PREVIC. Essas diretrizes não requerem a divulgação, em separado, de ativos e passivos em circulantes e não circulantes.

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a ELETRA opera, bem como os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão arredondados em milhares de reais.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades. A apresentação de Ativos e Passivos é composta da gestão previdencial e administrativa e do fluxo dos investimentos, o que proporciona informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

Essa sistemática exigida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve, normalmente, fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, são a avaliação da carteira de investimentos, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, os ativos e passivos relacionados a participantes e patrocinadores e os cálculos atuariais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá, eventualmente, resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Fundação revisa, pelo menos anualmente, as metodologias e premissas inerentes, ou ainda, conforme cada caso.

Todas as informações aqui descritas tratam sempre das Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando se fizerem necessárias, e neste caso, estão referenciadas aos planos.

Os registros contábeis são segregados por balancetes dos Planos de Benefícios Previdenciais, balancetes dos Planos de Gestão Administrativa, balancete Auxiliar (utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis) e balancete Consolidado, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



2.1. Estrutura Contábil

Gestões e Investimentos

Na estrutura contábil vigente, os segmentos operacionais necessários à administração das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC são denominados: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

No caso da ELETRA, os segmentos operacionais utilizados são: Previdencial, Administrativo e de Investimentos. Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios e no Plano de Gestão Administrativa - PGA. Suas funções são as seguintes:

Gestão Previdencial: congrega todas as atividades previdenciais da Entidade, como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios e constituição das provisões matemáticas.

Gestão Administrativa: funciona como uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuários os planos de benefícios administrados pela Fundação. É responsável pela administração plena da Entidade, coordenando todo seu funcionamento.

Investimentos: destinado ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Os planos de benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA registram suas mutações patrimoniais e de resultado, utilizando-se dos seguintes segmentos operacionais:

Planos de Benefícios Previdenciais: Gestão Previdencial e de Investimentos;

Plano de Gestão Administrativa: Gestão Administrativa e de Investimentos.

Nas demonstrações consolidadas são apresentados os elementos patrimoniais e de resultado de todos os segmentos operacionais.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



2.2. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é constituído por ativo, passivo e patrimônio social, sendo que:

Ativo

O ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Ativo Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e bancos.

Ativo Realizável

O grupo realizável nas gestões Previdencial e Administrativa registra os direitos normais dessas atividades e, no Investimento, abriga todas as aplicações dos recursos em nome da Entidade, bem como os acréscimos ou decréscimos inerentes a valorizações ou desvalorizações de tais operações, sem distinção de prazos de aplicação.

Ativo Permanente

É composto pelos ativos imobilizado, intangível e diferido, registrado pelo custo aquisição, sendo os valores residuais e a vida útil econômica.

Passivo

O passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo Exigível Operacional

O grupo passivo, exigível operacional, é subdividido por segmentos operacionais de Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos. Esse grupo registra as obrigações decorrentes das operações dos planos de benefícios e do PGA.

Passivo Exigível Contingencial

O grupo passivo, exigível contingencial, é subdividido nos segmentos operacionais de Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos, o qual registra a ocorrência de fatos nas áreas mencionadas, que serão impactados e dependerão de decisões futuras, podendo ou não gerar desembolso.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Patrimônio Social

O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

Patrimônio de Cobertura do Plano

Provisões Matemáticas

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros líquidos das contribuições futuras dos planos de benefícios. Foram realizadas por pessoas jurídicas legalmente habilitadas, por meio de avaliações atuariais para todos os planos de Benefícios Previdenciais e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

Equilíbrio Técnico

Registra o excedente ou necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios.

Fundos Previdenciais e Não Previdenciais

Gestão Previdencial

Registra os fundos constituídos atuarialmente para atender a Gestão Previdencial dos planos de benefícios e estão divididos nos seguintes grupos:

Fundo Coletivo de Desligamento

Constituído pelas transferências dos saldos referentes às contribuições vertidas pelas Patrocinadoras, existentes nas contas dos Participantes, que tiveram suas cotas prescritas ou que tenham obtido o resgate de suas cotas por motivo de cancelamento de inscrição.

Gestão Administrativa

A ELETRA adota controle individualizado dos fundos administrativos, contabilizados no PGA por plano de benefícios. Portanto, o Fundo Administrativo, constituído para cada plano, representa o resultado da diferença entre os valores aportados de custeio administrativo previdencial, adicionado dos rendimentos de aplicação dos

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



recursos do fundo administrativo e outras receitas previstas no regulamento do PGA, em relação às despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefício. Conforme determinação legal, ao final de cada mês, a ELETRA registra nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa” no Ativo e “Participação no Fundo Administrativo do PGA” no Passivo, a participação do plano de benefícios previdenciais no fundo administrativo registrado no PGA.

Investimentos

Composto, exclusivamente, pelo Fundo de Liquidação de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários, com empréstimos concedidos aos participantes e assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais.

Em cumprimento às Instruções Previc n. 05, de 03 de setembro de 2018; n. 15, de 12 de novembro de 2014; n. 21, de 23 de março de 2015 e n. 11, de 03 de dezembro de 2018, apresentamos as eliminações de registros entre planos, para fins de consolidação de balanço:

Descrição	Plano Celgprev	Plano Eletra1	PGA	Eliminações	Consolidado
ATIVO	Exercício 2021	Exercício 2021	Exercício 2021	Exercício 2021	Exercício 2021
DISPONÍVEL	6	6	9	-	21
REALIZÁVEL	678.577	72.191	9.493	(7.111)	753.151
Gestão Previdencial	3.407	-	-	-	3.407
Gestão Administrativa	6.398	713	2.333	(7.111)	2.333
Investimentos	668.772	71.478	7.160	-	747.411
Títulos Públicos	227.156	34.125	-	-	261.282
Créditos Privados e Depósitos	1.086	-	-	-	1.086
Fundos de Investimentos	425.643	35.192	7.160	-	467.995
Investimentos Imobiliários	10.410	1727	-	-	12.137
Empréstimos	4.477	434	-	-	4.911
PERMANENTE	-	-	93	-	93
Imobilizado	-	-	93	-	93
TOTAL DO ATIVO	678.583	72.197	9.595	(7.111)	753.265
PASSIVO	Exercício 2021	Exercício 2021	Exercício 2021	Exercício 2021	Exercício 2021
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.687	342	520	-	2.549
Gestão Previdencial	1.681	342	-	-	2.023
Gestão Administrativa	-	-	520	-	520
Investimentos	6	-	-	-	6

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Descrição	Plano Celgprev	Plano Eletra1	PGA	Eliminações	Consolidado
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.882	920	1.964	-	5.767
Gestão Previdencial	2.882	920	-	-	3.803
Gestão Administrativa	-	-	1.964	-	1.964
PATRIMÔNIO SOCIAL	674.014	70.935	7.111	(7.111)	744.949
Patrimônio de Cobertura do Plano	664.390	70.197	-	-	734.587
Provisões Matemáticas	732.250	86.407	-	-	818.657
Benefícios Concedidos	529.053	104.788	-	-	633.841
Benefícios a Conceder	203.202	-	-	-	203.202
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5)	(18.381)	-	-	(18.386)
Equilíbrio Técnico	(67.860)	(16.210)	-	-	(84.070)
Resultados Realizados	(67.860)	(16.210)	-	-	(84.070)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(67.860)	(16.210)	-	-	(84.070)
Fundos	9.624	738	7.111	(7.111)	10.362
Fundos Previdenciais	2.326	-	-	-	2.326
Fundos Administrativos	6.398	713	7.111	(7.111)	7.111
Fundos dos Investimentos	900	25	-	-	925
TOTAL DO PASSIVO	678.583	72.197	9.595	(7.111)	753.265

2.4. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS - Consolidada

Destina-se   evidenciac o das alterac es do patrimônio social da Entidade e discrimina:

- Patrimônio Social no início do exercício;
- Adic es e destina es do Patrimônio Social;
- Acréscimos e decréscimos no Patrimônio Social;
- Constitui es ou reversões de fundos previdenciais administrativos e de investimentos; e
- Patrimônio Social no final do exercício.

2.5. Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios - DMAL

A Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL), por plano de benefícios, destina-se a evidenciar a composi o dos elementos que provocaram as alterac es ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldo do ativo líquido no início do exercício;
- Adic es do ativo líquido;

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo D as Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



- Deduções do ativo líquido;
- Acréscimos e decréscimos no ativo líquido;
- Saldo do ativo líquido no final do exercício; e
- Valores dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos.

2.6. Demonstração do Ativo Líquido - DAL

O ativo líquido de um plano de benefícios é o valor resultante da subtração do ativo total dos passivos e dos fundos não previdenciais. Sua apuração tem como objetivo possibilitar a avaliação do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões matemáticas e dos fundos previdenciais, representados pelo ativo líquido.

A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar esse grau de cobertura e a evolução dos componentes patrimoniais do plano de benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldos dos grupos de contas do ativo;
- Saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial);
- Saldos dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos; e
- Saldo do ativo líquido no final do exercício.

2.7. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA – Consolidada e por Plano

Destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas nos fundos administrativos do PGA no seu conjunto, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e dos referidos fundos. Nela estão representadas todas as contas que compõem a atividade administrativa da EFPC.

Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Fundo administrativo do exercício anterior;
- Receitas administrativas do exercício;
- Despesas administrativas segregadas por administrações previdencial, de investimentos, outras, do exercício;

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



- Resultado negativo/positivo dos investimentos;
- Sobras ou insuficiência da gestão administrativa;
- Constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício; e
- Fundo administrativo do exercício atual.

2.8. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT

Destina-se a evidenciar a composição e as alterações do patrimônio de cobertura do plano de benefícios. Essa demonstração visa detalhar os compromissos do plano de benefícios com seus participantes e assistidos, demonstrados pelas provisões matemáticas, bem como a insuficiência ou o excesso de recursos, representados pelo equilíbrio técnico. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldo do patrimônio de cobertura do plano no início do exercício;
- Saldos detalhados das provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir; e
- Saldos detalhados do equilíbrio técnico, em resultados realizados e resultados a realizar.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A. Elaboração das Demonstrações Contábeis

As práticas adotadas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior.

As principais práticas contábeis adotadas podem ser assim resumidas:

Apuração do Resultado

O registro dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa é apurado, mensalmente, de acordo com o princípio contábil de competência.

A.1 Reclassificação das Demonstrações Financeiras de 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: “Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

A.1.1 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

Adições: abertura do valor de R\$ 88.161 mil do resultado positivo dos investimentos – gestão previdencial. A reclassificação realizada alterou o valor total das adições, mas não alterou o patrimônio social do exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em dois grupos: Benefícios no valor de (R\$ 52.153 mil) e resgates no valor de (R\$ 5.789 mil). Houve também abertura do valor de (R\$ 63.647 mil) do resultado negativo dos investimentos. A reclassificação realizada alterou o valor total das destinações, mas não alterou o patrimônio social do exercício de 2020.

A.1.2 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano Eletra1

Adições: abertura do valor de R\$ 6.441 mil do resultado positivo dos investimentos – gestão previdencial. A reclassificação realizada alterou o valor total das adições, mas não alterou o valor do ativo líquido do exercício social de 2020.

Destinações: abertura do valor de (R\$ 3.615 mil) do resultado negativo dos investimentos. A reclassificação realizada alterou o valor total das destinações, mas não alterou do ativo líquido do exercício de 2020.

A.1.3 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano Celgprev

Adições: abertura do valor de R\$ 81.720 mil do resultado positivo dos investimentos – gestão previdencial. A reclassificação realizada alterou o valor total das adições, mas não alterou o valor do ativo líquido do exercício social de 2020.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Destinações: abertura dos valores de Benefícios em dois grupos: Benefícios no valor de (R\$ 44.199 mil) e resgates no valor de (R\$ 5.789 mil). Houve também abertura do valor de (R\$ 60.032 mil) do resultado negativo dos investimentos. A reclassificação realizada alteou o valor total das destinações, mas não alterou o valor do ativo líquido do exercício de 2020.

A.2 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais e nem no saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

A.2.1 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano Eletra1

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais e nem no saldo do Fundo Administrativo do plano Eletra1.

A.2.2 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa do Plano Celgprev

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais e nem no saldo do Fundo Administrativo do plano Celgprev.

B. Realizável

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Gestão Previdencial: constitui-se de recursos a receber, relativos às contribuições para o plano de benefícios, antecipações e contratos de dívidas decorrentes de contribuições em atraso, de serviço passado e de equacionamento de déficit e outros realizáveis.

Gestão Administrativa: constitui-se de recursos a receber, relativos às contribuições, doações, dotação inicial e outros realizáveis para a cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios.

C. Investimentos

São aplicações em títulos de crédito, valores mobiliários e outros direitos, classificados em títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários, empréstimos e outros realizáveis.

Os Recursos Garantidores das Provisões Técnicas da Entidade estão aplicados de acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n. 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas alterações, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

C.1. Renda fixa

As aplicações no mercado financeiro, títulos governamentais, empréstimos a participantes e outros são avaliados ao custo e acrescidos dos rendimentos *pro rata die*, até a data do balanço, calculado conforme a classificação definida abaixo. Considerando as disposições da Resolução CNPC 29, de 13 de abril de 2018 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- *Títulos para negociação*: são aqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados, mensalmente, ao valor de mercado e seus efeitos são reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício; e
- *Títulos mantidos até o vencimento*: são aqueles adquiridos quando a intenção da administração, tendo em vista a capacidade financeira da Entidade, é de manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, na data do balanço.

C.2. Renda variável

Os fundos classificados como “renda variável” devem possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação. As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, que devem refletir o valor de mercado dos ativos na data do balanço.

C.3. Provisão para perdas ou Crédito de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda são observados os critérios estabelecidos na Instrução Previc n. 31, de 20 de agosto de 2020. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na citada Instrução.

Na constituição da provisão de liquidação duvidosa referente aos direitos creditórios, foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 1% (um por cento) por atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias;
- 5% (cinco por cento) por atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias;
- 10% (dez por cento) por atraso entre 91 (noventa e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 25% (vinte e cinco por cento) por atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 180 (cento e oitenta) dias;
- 50% (cinquenta por cento) por atraso entre 181 (cento e oitenta e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) por atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) por atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, decorrentes de contribuições previdenciais em atraso, incide somente sobre o valor das parcelas vencidas.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.3.1. PDD - Provisão Devedores Duvidosos - CCI Stiebler da SPE S&G EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Em atendimento à Instrução SPC n. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, item 11, a Eletra provisionou o valor de R\$ 10.484.383,76 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos) no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos – PDD, dos investimentos realizados em maio de 2011, representando 100% (cem por cento) dos investimentos no referido ativo. O vencimento ocorreu em 17/05/2017.

A operação teve descontinuidade nos negócios, uma vez que os empreendimentos imobiliários não foram construídos, incorrendo em atrasos nos pagamentos das amortizações.

A Eletra, juntamente com os demais investidores das CCIs, iniciou um movimento de tentativa de execução das garantias imobiliárias vinculadas à operação, mas que exigem regularização da parte fiscal e legal.

Demonstrativo Aplicação CCI STIBLER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
CCI Stiebler	Celgprev	R\$ 5.000.000	R\$ 450.000	R\$ 10.484.383,76	-

C.3.2. PDD - Provisão Devedores Duvidosos - CCI Cesto Participações S/A

Em atendimento à Instrução SPC n. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, item 11, a Eletra, provisionou o valor R\$ 7.673.479,35 (sete milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos – PDD, dos investimentos realizados em maio de 2013, representando 100% (cem por cento) de provisionamento.

Foi contratada assessoria jurídica junto à Junqueira de Carvalho e Murgel, no sentido de promover ação de execução de título, em que o processo recai sobre o emissor e os fiadores da operação. O ajuizamento ocorreu em fevereiro de 2019 e o processo está para despacho, não tendo havido movimentações no judiciário até a data 31 de dezembro de 2021.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Demonstrativo Aplicação CCI CESTO					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
CCI Cesto	Celgprev	R\$ 6.259.000	R\$ 3.557.000	R\$ 7.673.479,35	-

D. Operações com os Patrocinadores

As operações com patrocinadores estão atualizadas até a data do balanço, conforme cláusulas contratuais e regulamentares.

E. Investimentos Imobiliários

A Eletra possuía em sua carteira, na data de 31 de dezembro de 2021, 3 (três) Fundos Imobiliários (FII) e 1 (um) Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A Fonte primária de apreçamento dos Fundos Imobiliários e do Certificado de Recebíveis Imobiliários é estabelecida conforme critérios definidos no manual de apreçamento do Agente Custodiante.

O valor justo dos Fundos Imobiliários e do Certificado de Recebíveis Imobiliários é obtido por meio da divulgação da Cota/PU ao mercado, e atualizado diariamente pelo agente custodiante em seu relatório de carteira diária.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários (valores a receber) é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo à legislação em vigor.

F. Operações com Participantes

Informamos que as operações com participantes no Plano BD foi suspensa no primeiro semestre de 2019, dada a recomendação atuarial, a qual informou em seu parecer que havia desequilíbrio de recursos financeiros para a cobertura de óbito, incorrendo em riscos financeiros ao plano.

Na sequência, também foi suspensa as operações com participantes no plano CV, uma vez que passa por revisões atuariais e nas regras de concessão, no intuito de mitigar os riscos de crédito e insolvência da carteira.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



G. Ativo Permanente - Gestão Administrativa

Avaliado pelo custo de aquisição, considera como depreciação aquela calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% (dez por cento) para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e 20% (vinte por cento) para veículos, computadores e periféricos.

A Entidade entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da depreciação, utilizada atualmente, é a prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

As contas do passivo destacam as gestões executadas em operacional e contingencial, conforme demonstrado em seguida.

H. Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes e obrigações fiscais.

H.1. Gestão Previdencial

Constitui-se de obrigações relativas à folha de pagamentos de benefícios previdenciários dos participantes em gozo de benefícios, tributos pertinentes, compromissos com terceiros e outros.

Os registros contábeis são registrados, com base no Princípio da Competência, em consonância com a Resolução CNPC n. 29, de 13/04/2018, artigo 10º e seus respectivos parágrafos 1º e 2º.

H.2. Gestão Administrativa

Constitui-se de obrigações relativas à gestão administrativa, tais como folha de pagamento de empregados e seus encargos, dívidas decorrentes da prestação de serviços nas áreas contábil, atuarial, financeira, jurídica, tributos e outros.

H.3. Investimentos

São obrigações relativas às aplicações de recursos, tais como taxas de custódia, encargos bancários, tributos, liquidações de operação e outros.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



I. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2). Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes também consideram premissas definidas pela administração da ELETRA, embasadas na avaliação de seus assessores jurídicos.

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores que estão em fase de execução, quando a Entidade é ré no processo. Já os recursais, são efetuados somente na Justiça do Trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso, caso tenha sido sucumbente na demanda. Ambos são registrados pelos valores depositados, sendo atualizados pela taxa Selic.

J. Patrimônio Social

Classificados, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Patrimônio de cobertura do plano:

- (a) Provisões Matemáticas são valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas de duas formas: por saldos de cotas e estimativas atuariais. Seus cálculos são elaborados, pelo atuário externo, Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.

Estas provisões definem, ao fim de cada período, os compromissos para pagamentos de benefícios futuros aos participantes e seus beneficiários.

- (b) Equilíbrio Técnico é o resultado apurado, o *superávit* técnico ou o *déficit* técnico.

II – Fundos: são valores constituídos com finalidades específicas, de acordo com sua origem previdencial, administrativa e de investimentos.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



K. Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal, contida na Resolução CNPC n. 8, de 31 de outubro de 2011, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais, em conformidade com o plano de custeio vigente.

L. Operações Administrativas

Em janeiro de 2010, a ELETRA implantou o novo Plano de Gestão Administrativa, denominado PGA, em conformidade com as Resoluções CGPC ns. 28, de 26 de janeiro de 2009 e 29, de 31 de agosto de 2009. Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio, segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A ELETRA adotou a gestão segregada dos recursos administrativos do PGA, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio, em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos, bem como a utilização do fundo administrativo será individualizada por plano de benefícios previdenciais, administrado pela Entidade. Desta forma, o Fundo Administrativo foi contabilizado e controlado, em separado, por plano de benefícios, demonstrando suas variações e montantes individuais.

As fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas da ELETRA e dos planos por ela geridos poderão ser as seguintes:

- I - Contribuições dos participantes e assistidos, definidas no plano de custeio anual;
- II - Contribuições dos patrocinadores, definidas no plano de custeio anual;
- III - Reembolso dos patrocinadores, caso ocorra;
- IV - Resultado dos investimentos;
- V - Receitas Administrativas;
- VI - Fundo Administrativo;
- VII - Dotação Inicial;
- VIII - Doações; e
- IX - Taxa de Administração de empréstimos e financiamentos aos participantes.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



As fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pela ELETRA foram definidas pelo Conselho Deliberativo da ELETRA e incluídas no orçamento anual, podendo constar, ainda, no plano anual de custeio definido atuarialmente, respeitando os limites estabelecidos pela legislação vigente.

O limite do custeio administrativo, advindo dos planos de benefícios da ELETRA, será de 1% (um por cento), incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, no último dia do exercício a que se referir.

M. Do Critério de Rateio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas específicas serão alocadas, exclusiva e diretamente, nos planos de benefícios que as originaram, sem nenhuma forma de rateio.

As despesas administrativas comuns foram distribuídas nos planos de benefícios por meio de rateio, utilizando como critério da proporcionalidade da arrecadação de cada plano de benefícios, definida no plano de custeio atuarial.

A partir de janeiro de 2022 a Eletra adotara como critério de rateio das despesas administrativas para os planos Celgprev o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) e o percentual de 5% (cinco por cento) para o Plano Eletra1, aprovado pela Diretoria Executiva em ata de reunião realizada em 23 de setembro de 2021.

N. Da Política e Remuneração dos Investimentos do PGA

Os recursos líquidos do PGA foram aplicados, de acordo com a legislação vigente e com a política de investimentos, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da ELETRA.

O. Da Movimentação dos Recursos do PGA

O patrimônio do PGA é constituído por sobras de custeio administrativo, adicionado ao rendimento auferido na carteira de investimentos. Seu objetivo será a cobertura de despesas administrativas, a serem realizadas pela ELETRA, na administração dos planos de benefícios, na forma dos seus regulamentos.

Em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a alteração do Plano de Custeio vigente, tão somente para instituir a cobrança do percentual de 0,96%, a partir de 1º de janeiro de 2020, como contribuição dos assistidos do Plano Celgprev para o custeio administrativo daquele Plano.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



P. Fundos de Investimentos

Constituem a reserva para garantia de liquidação de empréstimos e para cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Contemplam os numerários em caixa, o saldo em bancos e os investimentos de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo, acrescidos das remunerações contratadas e reconhecidas, proporcionalmente, até a data das demonstrações contábeis.

	2021 R\$ Mil	2020 R\$ Mil
Disponível	21	102
Caixa	-	1
Bancos Conta Movimento	21	101

5. REALIZÁVEL

A. Realizável Da Gestão Previdencial

Este grupo contempla o registro das contribuições a receber das patrocinadoras e dos participantes, do mês e em atraso, bem como as contribuições sobre o abono anual de 13º salário das patrocinadoras e dos participantes e as contribuições contratadas.

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são apresentados a seguir:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
GESTÃO PREVIDENCIAL		
RECURSOS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÕES NO MÊS	1.793	1.618
PATROCINADORES	896	809
PARTICIPANTES	897	809
CONTRIBUIÇÕES SOBRE 13º SALÁRIO	1.614	1.589
PATROCINADORES	807	794
PARTICIPANTES	807	794
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	≡	≡
SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-	-
OUTRAS CONTRATAÇÕES	-	-
	3.407	3.207

As operações contratadas com patrocinadores, sua distribuição e garantias:

Operações Contratadas - Dívida dos Patrocinadores				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Celgprev		Celgprev	
	2021	2020	2021	2020
Tipo de Operação	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações
Patrocinadores	Enel	Enel	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Valor Contratado	0,00	158.813	0,00	6.358
Prazo de Amortização	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Valor da Parcela	0,00	0,00	0,00	0,00
Data de Início	-	31/08/2000	-	31/08/2000
Data de Vencimento	-	31/07/2020	-	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Devedor	0,00	0,00	0,00	0,00

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Operações Contratadas - Dívida dos Patrocinadores				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Eletra01		Eletra01	
	2021	2020	2021	2020
Tipo de Operação	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado
Patrocinadores	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Valor Contratado	0,00	6.241	0,00	250
Prazo de Amortização	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Valor da Parcela	0,00	0,00	0,00	0,00
Data de Início	-	31/08/2000	-	31/08/2000
Data de Vencimento	-	31/07/2020	-	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Devedor	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações Contratadas - Dívida dos Patrocinadores				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Eletra 1		Eletra 1	
	2021	2020	2021	2020
Tipo de Operação	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações
Patrocinadores	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Valor Contratado	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Prazo de Amortização	0,00	7.475	0,00	299

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Valor da Parcela	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Data de Início	-	31/08/2000	-	31/08/2000
Data de Vencimento	-	31/07/2020	-	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Devedor	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 09 de maio de 2018, foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Instrumento de Consolidação e Parcelamento de Débito, referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da Eletra do Contrato SPJU-0450/97 e outras avenças – SPJU-1527/2000, celebrado em 31/08/2001, entre a ELETRA e seus patrocinadores Celg Distribuição S/A – Celg D (Nome Fantasia: Enel Distribuição Goiás) e Celg GT – Celg Geração e Transmissão S/A, em atendimento ao Relatório de Fiscalização n. 25/2017/PREVIC, datado de 15/05/2017 e a Nota n. 412/2018/PREVIC, datada de 05/04/2018 e, considerando a necessidade de cumprir a determinação para a utilização do benefício previsto no parágrafo 2º, do artigo 22, do Decreto n. 4.942/2003 e, dessa forma, evitando a lavratura do auto de infração.

O referido aditivo somente foi pactuado, no sentido de deixar formalizado o que já vem sendo praticado no decorrer dos anos, ou seja, a distribuição da proporção do contrato de dívidas entre os dois planos, de 92,05% (noventa e dois inteiros e cinco centésimos por cento) para o plano CELGPREV e 7,95% (sete inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) para o plano ELETRA 1. As demais cláusulas permanecem em vigor e inalteradas, em todos os seus termos e condições, não expressamente modificadas pelo presente termo aditivo. A Dívida com a Patrocinadora venceu em 31 de julho de 2020.

B. Realizável Da Gestão Administrativa (PGA)

Está demonstrada por valores a receber dos planos de benefícios previdenciários, referentes aos repasses de custeio administrativo do mês e em atraso, mais adiantamentos a empregados e terceiros:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
GESTÃO ADMINISTRATIVA		
CONTAS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO	<u>358</u>	<u>340</u>
PATROCINADORES	179	170
PARTICIPANTES	179	170
RESPONSABILIDADES DE EMPREGADOS	<u>11</u>	<u>35</u>
ADIANTAMENTOS	11	35
RESPONSABILIDADES DE TERECEIROS	=	<u>70</u>
ADIANTAMENTOS	-	70
DEPÓSITOS JUDICIAIS RECURSAIS	<u>1.964</u>	<u>2.411</u>
	<u>2.333</u>	<u>2.855</u>

C. Realizável dos Investimentos (Planos Previdenciais e PGA):

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados a seguir:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



PLANO CELGPREV		
	R\$ Mil	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INVESTIMENTOS		
TÍTULOS PÚBLICOS	227.157	208.275
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	227.157	208.275
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL	226.075	206.887
CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOIRO NACIONAL	1.082	1.388
DEBENTURES	1.086	2.338
COMPANHIAS ABERTAS	1.086	2.338
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	425.642	438.633
RENDA FIXA	226.504	220.031
AÇÕES	88.605	115.350
MULTIMERCADO	100.920	88.346
DIREITOS CREDITÓRIOS	805	4.445
PARTICIPAÇÕES	8.808	10.461
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	10.410	16.342
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	10.410	16.342
COMPANHIAS FECHADAS	685	769
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMONILIÁRIOS	9.725	15.573
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.477	7.436
EMPRÉSTIMOS	4.477	7.436
EMPRÉSTIMOS NORMAIS	<u>4.477</u>	<u>7.436</u>
Total dos Investimentos	<u>668.772</u>	<u>673.024</u>

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



PLANO ELETRA 1		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INVESTIMENTOS		
TÍTULOS PÚBLICOS	34.125	30.932
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	34.125	30.932
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL	34.125	30.932
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	35.192	39.267
RENDA FIXA	15.348	18.792
AÇÕES	5.429	6.704
MULTIMERCADO	10.818	9.653
DIREITOS CREDITÓRIOS	63	1.469
PARTICIPAÇÕES	3.534	2.649
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.727	2.017
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.727	2.017
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.727	2.017
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	434	751
EMPRÉSTIMOS	434	751
EMPRÉSTIMOS NORMAIS	434	751
Total dos Investimentos	<u>71.478</u>	<u>72.967</u>

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO CELGPREV		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	6.456	7.700
RENDA FIXA	6.456	7.700
Total dos Investimentos	<u>6.456</u>	<u>7.700</u>

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO ELETRA 1		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	704	732
RENDA FIXA	704	732
Total dos Investimentos	<u>704</u>	<u>732</u>

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



TÍTULOS DE RENDA FIXA - ELETRA EM 31/12/2021 E 31/12/2020 - PLANO CV						
Títulos para negociação	2021			2020		
	Custo histórico de	Valor de Mercado	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Data de Vencimento
Carteira Própria						
CDB - CV	0	0	18/12/2020	0	0	18/12/2020
CVS - TESOIRO NACIONAL - CV	358	1.082	01/01/2021	1.146	1.388	01/01/2021
DEBENTURES CV	667	1.086	-	1.333	2.059	-
SULM23	667	1.086	15/05/2022	1.333	2.059	15/05/2022
CRI - CERTIF DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁ	422	685	-	507	770	-
CRI - PETRO - CV	422	685	13/03/2026	507	770	13/03/2026
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	2.046	2.852	-	2.987	4.217	-
Administradores Externos						
Fundos Investimentos Renda Fixa - CV	105.023	227.310	Indeterminado	129.473	220.031	Indeterminado
Fundos Investimentos Renda Fixa - PGACV	1.646	7.160	Indeterminado	1.055	7.700	Indeterminado
TOTAL ADM EXTERNOS	106.669	234.470	-	130.527	227.731	-
TOTAL TÍTULOS PARA NECOGIAÇÃO	108.715	237.322	-	133.514	231.948	-

Títulos mantidos até o vencimento	2021			2020		
	Custo histórico de	Valor pela Corra do	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor pela Corra do	Data de Vencimento
NTN-B - TESOIRO NACIONAL TOTAL	148.385,81	226.075	-	131.976	206.887	-
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	-	-	15/05/2019	0	0	15/05/2019
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	0	0	15/05/2021	2.358	2.327	15/05/2021
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	95.348	137.020	15/05/2023	85.896	123.314	15/05/2023
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	971	1.336	15/08/2026	971	1.208	15/08/2026
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	4.514	7.443	15/08/2030	3.762	6.721	15/08/2030
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	2.693	1.697	15/08/2035	713	1.536	15/08/2035
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	7.242	6.398	15/08/2040	3.480	6.336	15/08/2040
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	37.618	71.581	15/08/2050	34.797	64.845	15/08/2050
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	148.386	226.075	-	131.976	206.887	-
TOTAL TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENC	148.386	226.075	-	131.976	206.887	-
Renda Fixa	257.101	463.397	-	265.490	438.835	-
Total de Títulos Mantidos até o vencimen	148.386	226.075	-	131.976	206.887	-
Total de Títulos para negociação	108.715	237.322	-	133.514	231.948	-

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

TÍTULOS DE RENDA FIXA - ELETRA EM 31/12/2021 E 31/12/2020 - PLANO BD						
Títulos para negociação	2021			2020		
	Custo histórico de	Valor de Mercado	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Data de Vencimento
Carteira Própria						
DEBENTURES BD	-	-	-	-	-	-
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	-	-	-	-	-	-
Administradores Externos						
Fundos Investimentos Renda Fixa - BD	6.394	15.412	Indeterminado	6.232	18.792	Indeterminado
Fundos Investimentos Renda Fixa - PGABD	6	704	Indeterminado	7	732	Indeterminado
TOTAL ADM EXTERNOS	6.400	16.116	-	6.239	19.524	-
TOTAL TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	6.400	16.116	-	6.239	19.524	-

Títulos mantidos até o vencimento	2021			2020		
	Custo histórico de	Valor pela Curva do papel	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor pela Curva do papel	Data de Vencimento
NTN-B - TESOURO NACIONAL TOTAL	18.768	34.125	-	18.768	30.932	-
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	-	-	15/05/2019	-	-	15/05/2019
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	-	-	15/05/2021	-	-	15/05/2021
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	9.452	15.284	15/05/2023	9.452	13.883	15/05/2023
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	-	-	15/08/2026	-	-	15/08/2026
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	752	1.477	15/08/2030	752	1.332	15/08/2030
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	1.980	4.838	15/08/2035	1.980	4.386	15/08/2035
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	3.762	7.216	15/08/2040	3.762	6.525	15/08/2040
NTN-B - TESOURO NACIONAL BD	2.821	5.310	15/08/2050	2.821	4.805	15/08/2050
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	18.768	34.125	-	18.768	30.932	-
TOTAL TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	18.768	34.125	-	18.768	30.932	-
Renda Fixa	25.167	50.241	-	25.007	50.456	-
Total de Títulos Mantidos até o vencimento	18.768	34.125	-	18.768	30.932	-
Total de Títulos para negociação	6.400	16.116	-	6.239	19.524	-

Os Títulos e Valores Mobiliários estão depositados em conta individualizada, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Atendendo à exigência da Resolução CMN n. 4.661/2018, a ELETRA utiliza os serviços de custódia do Itaú Unibanco S/A, devidamente credenciado na CVM, para o exercício da atividade de custódia de títulos e valores mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, relativo às operações, no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

SEGMENTO DE APLICAÇÃO CELGPREV	PLANO	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
		% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN N. 4.661/18
DISPONÍVEL		0,00%		
RENTA FIXA		68,12%	0% a 100%	0% a 100%
RENTA VARIÁVEL		13,25%	0% a 20%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		16,41%	0% a 20%	0% a 20%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		1,56%	0% a 20%	0% a 20%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,67%	0% a 15%	0% a 15%
TOTAL		100,00%		

SEGMENTO DE APLICAÇÃO PLANO ELETRA 1	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN N. 4.661/18
DISPONÍVEL	0,01%		
RENTA FIXA	69,30%	0% a 100%	0% a 100%
RENTA VARIÁVEL	7,59%	0% a 15%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,08%	0% a 20%	0% a 20%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS *	2,42%	0% a 20%	0% a 20%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,61%	0% a 15%	0% a 15%
TOTAL	100,00%		

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO PGA	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN 4.661/18
DISPONÍVEL	0,10%		
RENTA FIXA	99,90%	0% a 100%	0% a 100%
TOTAL	100,00%		

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.1. Investimentos Imobiliários

A composição do saldo dos investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Investimentos Imobiliários Plano Celgprev	Valor Líquido	
	2021	2020
Outros Investimentos Imobiliários	10.410	16.343
Cia. Fechadas - CRI	685	770
Fundos de Investimento Imobiliário	9.725	15.573
TOTAL	<u>10.410</u>	<u>16.343</u>

Investimentos Imobiliários Plano Eletra 1	Valor Líquido	
	2021	2020
	1.727	2.017
Cia. Fechadas - CRI	0	0
Fundos de Investimento Imobiliário	1.727	2.017
TOTAL	<u>1.727</u>	<u>2.017</u>

C.2. Ativo Contingente - Valores a Receber Expurgos OFND

A Eletra juntamente com outras entidades, por força do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.288/86, foi obrigada a adquirir OFND 's (Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento), papel este que a princípio era corrigido pela variação da OTN acrescidos dos juros de 6% ao ano. A Lei 7.738/1989 extinguiu a OTN e elegeu o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) como indexador para atualização monetária. O BNDES decidiu em junho/1990 que as OFND's deixariam de ser corrigidas pelo IPC e por intermédio da Portaria nº 948/61 tentou impedir que as entidades fechadas de previdência complementar recorressem ao Judiciário contra tal ato, bem como que utilizassem aquele papel como forma de pagamento no Programa Nacional de Desestatização. Assim, a ABRAPP, na condição de substituto processual das suas associadas na referida ação, atacou aquele ato do BNDES e pleiteou as diferenças devidas em decorrência da não aplicação do IPC para corrigir as OFND 's durante o período de abril de 1990 até fevereiro de 1991. Importante registrar que já transitou em julgado a decisão que dentre outros pontos, determinou "que as OFND'S adquiridas pelos filiados da ABRAPP, inclusive os que não participaram da assembleia geral que autorizou o ajuizamento da ação, sejam corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo esses valores

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



resgatados serem monetariamente corrigidos, acrescidos dos juros legais contados da citação”. O Escritório Junqueira, Carvalho, Murgel & Brito Advogados e Consultores apurou que o crédito da Eletra perante o BNDES, em 31/10/2010, totalizava o valor de R\$ 5.126.747,32. Aquele escritório elaborou ainda um parecer jurídico/contábil que concluiu pela viabilidade técnica para proceder o reconhecimento contábil do efeito econômico do trânsito em julgado da referida decisão. Dessa forma, opinou pelo reconhecimento imediato daquele ativo como reserva garantidora dos planos de benefícios administrados pela Eletra. Com base naquele parecer, a Eletra efetuou o registro do referido ativo que em 31/12/2010 representava R\$ 5.238 mil. Em outubro de 2011, a PREVIC determinou a reversão daquele registro contábil, o que foi efetivado pela Fundação no balancete de outubro/2011 (R\$ 5.808.455,26). A ABRAPP já iniciou o procedimento de execução (o valor do crédito da ELETRA, em novembro/2015, era de R\$ 9.271.656,50).

C.3 – CDB’S BANCO PAN

Em que pese o Banco Pan S/A (antigo Banco Panamericano S/A) ter ingressado com uma Medida Cautelar e uma Ação Principal, em face de vários investidores e, dentre eles, a Eletra - Fundação de e Previdência Privada - Processos n. 0105657-05.2012.8.26.0100 (583.00.2012.105657), da 19ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, sendo que, naquela última pleiteia a desconstituição dos contratos celebrados para a emissão dos referidos CDBs, ou ainda, a revisão das taxas contratadas (as aplicações nos CDBs, efetuadas nos anos de 2007, 2008 e 2014, as taxas de remuneração eram pré-fixadas, entre 12% a.a. a 14% a.a. - 12,62% a.a. quando ponderadas), todos vencidos em 18/12/2020, a ELETRA recebeu, naquela data, o valor de R\$ 55.686.011,57, que refletiu exatamente a taxa contratada, demonstrando que, sem exceção, aquelas aplicações foram liquidadas normalmente. Abaixo, segue a posição patrimonial do ativo no momento de liquidação dos papéis, em 18/12/2020.

ATIVO	VALOR APLICAÇÃO	TAXA	VALOR RESGATADO
CDB - BCO PAN	4.009.732,20	12,00%	18.600.238,78
CDB - BCO PAN	5.447.168,63	12,40%	25.598.799,94
CDB - BCO PAN	2.000.000,00	14,20%	10.711.675,02
CDB - BCO PAN	381.947,37	12,59%	775.297,83
TOTAL	11.838.848,20	12,62%	55.686.011,57

Continua em tramitação, sem a prolação da sentença até o final de dezembro de 2021, a ação ajuizada pelo Banco em face da Eletra e outros detentores de CDB's.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.4 – FIP BER

As aplicações no Fundo de Investimento em Participação Brasil Energia Renovável foram efetuadas no ano de 2012, com prazo previsto de vencimento em 06/2022.

Com relação ao provisionamento de perdas, por se tratar de aplicação em fundo, cuja valorização ou desvalorização de suas cotas é feita pelo administrador anualmente com base em laudos de avaliação elaborados por empresa avaliadora independente e que considera os ajustes e provisionamentos necessários, o valor da cota já reflete o valor justo deste ativo.

No encerramento de 2019, o gestor (Brasil Plural) e administrador realizaram um *impairment* na cota do fundo, registrando perdas no valor econômico dos ativos, em função (i) da reavaliação dos mesmos realizada pela PwC para o exercício 2019, (ii) bem como reconhecimento de dívidas com as empresas investidas e (iii) provisão de liquidação duvidosa em AFACs realizados pelo fundo nos ativos, em função de ressalvas e ênfases nas demonstrações financeiras do fundo em exercícios anteriores. Dessa forma, o impacto negativo no valor da cota em 31/12/19 foi de aproximadamente 25%. No encerramento de 2020 também tivemos um impacto negativo no valor da cota, apresentando em 31/12/2020, uma desvalorização de 30,21%.

Em comunicado do Administrador, foi informado que, em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio Líquido do Fundo sofreu impacto significativo por ocasião da avaliação a valor justo dos investimentos detidos pelo fundo. A desvalorização apresentada em dezembro foi de 47,94%, de modo que a desvalorização no ano de 2021 ficou em 48,53%. O impacto no valor das cotas do fundo foi causado, principalmente, em função do desinvestimento dos ativos – Santa Vitória do Palmar Holding S.A. e RBO Energia S.A. – em recuperação judicial – além da quitação de acordos relacionados a dívidas do fundo e se suas companhias investidas. A carteira atual reflete o novo valor apurado no laudo de avaliação de Livramento Holding S.A., preparado por avaliador independente, e o valor da companhia Brave Winds Geradora III S.A. (BWG), apurado pela Gestora, o qual é composto majoritariamente por ações habilitadas para negociação na B3.

Abaixo, segue o quadro atual da posição financeira no ativo:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

FIP BER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIP BER	Celgprev	R\$ 11.074.647	0	R\$ -	R\$ 1.195.079
FIP BER	Eletra1	R\$ 906.105	0	R\$ -	R\$ 97.779

C.5 – FIP GERAÇÃO DE ENERGIA

FIP GERAÇÃO ENERGIA					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIP Geração de Energia	Celgprev	R\$ 10.000.000	0	R\$ 1.071.791	R\$ 0,00

As aplicações no Fundo foram efetuadas no ano de 2010, com período de investimento e desinvestimento programados inicialmente em 07 (sete) anos. Contudo, foi prorrogado o vencimento, que teve alteração do prazo para 07/2021.

A concepção do FIP foi criar uma empresa de geração de energia que fosse um *player* significativo nos mercados (regulado e livre) de energia do Brasil e da América Latina. Sua carteira de investimentos é composta por ativos de geração e comercialização de energia elétrica, exploração florestal e consultoria em eficiência energética.

Até o momento não foi concretizado o desinvestimento dos ativos, razão pela qual motivou prorrogações de vencimento do Fundo, assim como mudança do Gestor no primeiro trimestre de 2018 (saída da Ático, a qual foi substituída pelo Brasil Plural). As demonstrações financeiras do fundo estão desatualizadas, sendo a última a do exercício de 2017, com ativos registrados sem atualização das avaliações realizadas por avaliadores independentes, dívidas não reconhecidas, contingências possíveis não registradas, perdas não reconhecidas no valor dos ativos, de forma que o valor atual da cota não reflete a realidade dos problemas existentes no fundo. Sendo assim, a Eletra provisionou o valor de R\$ R\$ 14.551.084,30 (catorze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, oitenta e quatro reais e trinta centavos), no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos – PDD, dos investimentos realizados neste fundo, representando 100% (cem por cento) de provisionamento. Em 2020 o fundo apresentou desvalorizações sucessivas de sua cota. Até outubro de 2020 o fundo contabilizava uma perda patrimonial de aproximadamente 87%. Dessa perda, 76,61% foi devido o fato relevante divulgado em março de 2020, onde houve o reconhecimento dos impactos da reavaliação de 29 de junho de 2018 que ocasionou em um recálculo

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



no Patrimônio do Fundo. Já, no ano de 2021, o fundo apresentou uma valorização positiva de 142,82%. No entanto, nos últimos 24 meses o fundo ainda apresenta uma desvalorização de 68,94%, o que levou a Eletra a manter a Provisão para Devedores Duvidosos, equivalente a 100% do Valor Patrimonial para o exercício de 2022.

C.6 – FIP INDUSTRIAL PARKS

As aplicações no Fundo foram efetuadas através de primeiro aporte em 19 de novembro de 2012 no plano Celgprev e no plano Eletra 01, com prazo de vencimento no final de 2017, porém prorrogado para novembro de 2020. O objetivo do FIP é viabilizar investimentos em empreendimentos imobiliários geradores de renda, através da locação de condomínios fechados de galpões modulares, no Estado de São Paulo.

O Fundo, inicialmente, era gerido pela Riviera e administrado pelo Banco Santander S.A (“Santander”). Em 2018, o gestor foi substituído por decisão dos cotistas (passou a ser o Kinea Investimentos Ltda.), com o objetivo precípuo “de promover uma organização jurídica dos ativos, melhorar a ocupação dos ativos, implementar governança na gestão e processos e vender os ativos quando estabilizados/regularizados”. Ao longo de 2019, o novo gestor conseguiu um avanço relevante na absorção das áreas vagas dos empreendimentos. Atualmente, o fundo tem aproximadamente 18% de vacância no imóvel GR Hortolândia (antes era de 77% - outubro 2017) e 18% no imóvel GR Régis (antes era 92% - outubro 2017). Inexiste vacância no imóvel GR Guarulhos (antes era 69%). No mês de outubro de 2020, foi convocada assembleia para a aprovação da prorrogação do Fundo pelo período adicional de 12 meses. O resultado foi a aprovação da prorrogação do prazo de duração do fundo para até 19 de novembro de 2021. Também em outubro foi concluído o processo de substituição do administrador do fundo, com a transferência da administração, custódia e controladoria do Fundo para a Lions Trust e seus prestadores. Com relação aos ativos desenvolvidos do Fundo, a questão de um deles referente a diferença de área foi devidamente regularizada durante o terceiro trimestre de 2020. A data de encerramento do Fundo, foi prorrogada, para 19 de novembro de 2023, tendo em vista que os ativos performados do fundo foram vendidos considerando uma parcela do sem pagamento em março de 2022, a prorrogação se faz necessária, visto que o prazo estimado pelos advogados da arbitragem é de pelo menos 24 meses (podendo variar de acordo com a evolução do processo). O Fundo apresentou uma valorização de suas cotas, durante o exercício de 2021, equivalente a 11,50%. Importante também destacar que o procedimento arbitral instaurado pelo atual gestor contra o antigo

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



gestor, até o fim de dezembro de 2021, o tribunal arbitral definiu a realização de uma audiência para ouvir as testemunhas designadas pelas partes no dia 01 de fevereiro de 2022.

FIP INDUSTRIAL PARKS					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIP Industrial Parks	Celgprev	R\$ 5.699.980	0	R\$ 0	R\$ 1.502.357
FIP Industrial Parks	Eletra 01	R\$ 391.523	0	R\$ 0	R\$ 103.195

C.7 – FIP BTG PRINCIPAL

FIP BTG PRINCIPAL					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIP BTG PRINCIPAL	Celgprev	R\$ 10.000.000	R\$ 2.350.742	R\$ 0	R\$ 6.110.356
FIP BTG PRINCIPAL	Eletra 01	R\$ 5.283.329	R\$ 1.277.384	R\$ 0	R\$ 3.333.117

As aplicações no Fundo de Investimentos em Participação BTG Principal foram efetuadas através de primeiro aporte no plano Celgprev em 21 de junho de 2011 e, primeiro aporte no plano Eletra 01 em 04 de agosto de 2014, com vencimento previsto para 06/2020.

Os ativos alvo do FIP eram empresas brasileiras do setor industrial, de varejo, farmacêutico, de saúde, tecnológico, automotivo, de TI e de construção civil. De tal forma que se investiu em 09 (nove) companhias.

Já ocorreram desinvestimentos e reconhecimento de perdas nos ativos, em função de sucessivos prejuízos registrados pelas empresas. Contudo, a maior parte dos desinvestimentos feitos foi realizada a preços mínimos, impactando diretamente a rentabilidade do fundo. Atualmente, a carteira do fundo possui três ativos investidos, Uol, Bodytech e CCRR, sendo que nos dois primeiros o fundo não possui controle acionário. A precificação dos ativos segue as diretrizes fixadas no regulamento do fundo, sendo atualizada através de laudo de avaliação realizado por empresa independente uma vez por ano, de forma que o valor atual registrado na carteira do fundo representa o valor justo desses ativos. A ênfase registrada pelo auditor independente do fundo está relacionada à incerteza das projeções utilizadas na precificação de ações de companhias fechadas, mas sem considerá-las inválidas. No ano de 2020, apesar da pandemia e da incerteza fiscal, a avaliação do Fundo melhorou significativamente, impulsionada pela valorização do UOL (enquanto a Bodytech e a CCRR permanecem estáveis). Lembrando que o fundo, atualmente, detém participação nessas 3 empresas. Verifica-se também um empenho do gestor em melhorar o desempenho

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



operacional, estrutural e estratégico das empresas do portfólio. Apesar da pandemia, o gestor continua buscando oportunidades de valor no portfólio existente e também continua preparando cenários para alternativas de saída para cada um dos investimentos. Conforme relatórios emitidos pelo gestor do ativo, a perspectiva é de que após o período pandêmico haja um aumento da demanda reprimida, decorrente da reabertura da economia. Apesar dos esforços da gestão, sob o impacto do cenário atípico, observa-se ainda boa rentabilidade durante o exercício de 2021, onde o fundo apresentou uma valorização de suas cotas na ordem de 53,32%. Importante destacar que, em 31 de dezembro de 2021, o fundo ainda detinha em carteira a UOL e a BODYTECH como investidas.

C.8 – FIP MULTINER

A Eletra passou à condição de cotista do Multiner Fundo de Investimentos em Participações (FIP) em 16/10/2013, por meio da conversão das Cédulas de Crédito Bancário - CCB ns. 5198 e 5199 (de um total de seis Cédulas), que detinha da empresa Raesa S/A, companhia essa que faz parte do grupo Multiner, as quais foram adquiridas no ano de 2007. O objetivo foi no intuito de tentar reestruturar o caixa da Companhia, haja vista que vinha tendo dificuldades financeiras e registrava-se atraso no pagamento das amortizações.

Na repactuação, foram adotadas duas medidas: i) repactuação da taxa de remuneração do ativo (de IGPM+9% para IGPM+7%); e ii) conversão de parte das CCBs em *equity*, condicionado à redução do prazo de pagamento dos demais créditos remanescentes em carteira (de 2027 para 2016). O pagamento das amortizações das CCBs foi honrado na repactuação.

Após os processos de reavaliações das empresas investidas no FIP, a cota do Fundo sofreu gradativas perdas. Na última avaliação das investidas (ocorrida em março/2019) o fundo ajustou o valor dos ativos a valor de mercado, resultado que incorreu em patrimônio negativo. O fundo, até o dia 31 de dezembro de 2021, continuava operando com PL negativo. O trabalho referente a auditoria forense, que estava inicialmente previsto para junho de 2021, veio a ser finalizado apenas em 08 de setembro de 2021. A auditoria forense realizada está alinhada com as deliberações aprovadas pelos cotistas do Fundo nas Assembleias Gerais de Cotistas encerradas em 10 de janeiro de 2020 e 6 de março de 2020, tendo sido conduzida pelo escritório Cescon Barriue Advogados, com apoio do time da ICTS/Protiviti para os trabalhos de auditoria contábil/financeira. O estudo foi devidamente apresentado aos cotistas em Assembleia Geral Extraordinária do Fundo do dia 07 de outubro de 2021, para deliberar sobre as recomendações feitas pelo escritório sobre os temas sensíveis apontados. Como resultado da Assembleia do dia 07 de outubro, restou decidido,

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



como próximo passo a ser tomado, a imediata contratação de escritório externo de advocacia para implementar a recomendação do escritório responsável pela elaboração da Auditoria Forense, na busca de responsabilização e reparação de perdas. A deliberação para escolha do escritório, foi realizada em Assembleia Geral Extraordinária, que inicialmente estava agendada para o dia 19 de novembro de 2021 e foi postergada para o dia 22 de novembro de 2021. No entanto a Assembleia, desde a data citada até o fechamento de 31 de dezembro de 2021, ainda não havia sido finalizada, de modo que continuou sendo postergada por diversas vezes. Importante destacar que a Fundação Eletra enviou seu voto no dia 22 de novembro de 2021, optando pelo escritório Castro Barros Advogados, tendo sido considerado para tanto, ser a proposta de menor preço.

Abaixo, seguem os dados pertinentes ao FIP:

FIP MULTINER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIP Multiner	Celgprev	R\$ 5.336.950	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 0,00

C.9 – FIDC ATICO IMOBILIÁRIO

As aplicações no Fundo de Direitos Creditórios Ático Imobiliário foram efetuadas no ano de 2011. O Fundo adquiriu Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs) de emissão da Abengoa Brasil Predial Ltda., derivada de locação de imóvel à Abengoa Concessões Brasil Holding S. A. (Abengoa BR), com vencimento em 2022.

Em 29/01/2016, a Abengoa entrou com pedido de recuperação judicial no Brasil. Desta forma, o fluxo de pagamentos das amortizações foi diretamente impactado dada a inexistência de recebíveis, uma vez que houve desocupação do imóvel alugado.

Em Assembleia Geral de Cotistas, ocorrida em 04.12.2019, foi aprovada a venda da garantia imobiliária cedida ao Fundo (no caso, o próprio imóvel da operação) pelo valor à vista de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Considerando a participação da Eletra no fundo e o saldo previsto de recebimento da venda do imóvel, foi considerado o seguinte provisionamento ao final do exercício de 2020:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

FIDC ÁTICO					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIDC Ático	Celgprev	R\$ 7.000	R\$ 4.625	R\$ 1.642.487	R\$ 3.188.359
FIDC Ático	Eletra 01	R\$ 3.000	R\$ 1.876	R\$ 703.826	R\$ 1.366.251

Em Fato Relevante do dia 15 de outubro de 2021, divulgado pelo Administrador do fundo, foi informado sobre a finalização da alienação do único ativo do fundo e divulgar comunicado acerca da liquidação e encerramento do mesmo, no fechamento do dia 15 de outubro de 2021, tendo em vista que:

- i) Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 23 de setembro de 2021 (“Assembleia”), foi aprovada proposta de compra e venda do imóvel de propriedade do Fundo, localizado à Avenida Belizário Leite de Andrade Neto, 80, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ (“Imóvel”), único ativo do Fundo;
- ii) Por conseguinte, no dia 08 de outubro de 2021, às 16:20 horas, foi concretizada a venda por meio de Escritura de Compra e Venda do Imóvel, nos moldes aprovados em Assembleia; Neste sentido, descontados os valores provisionados na carteira do Fundo, está sendo entregue, no dia de hoje, o montante de R\$ 27.552.348,83 (vinte e sete milhões quinhentos e cinquenta e dois mil e trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos), de forma proporcional aos cotistas do Fundo, na conta cadastrada junto à RJI.
- iii) Por fim, tendo em vista o resgate total das cotas, o Fundo será liquidado e encerrado no fechamento do dia 15 de outubro de 2021.

Conforme participação da Fundação Eletra, o recebimento proporcional foi de R\$ 3.547.207,13 no Plano CELGPREV e de R\$ 1.520.016,75. Destacamos também que as provisões de perdas, equivalentes a 34% do valor Patrimonial, que vinham sendo registradas junto à contabilidade, desde dezembro de 2019 foram excluídas.

Diante do exposto, a posição atualizada para 31 de dezembro de 2021, do referido fundo, é conforme quadro abaixo:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



FIDC ÁTICO					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIDC Ático	Celgprev	R\$ 7.000	R\$ 8.172.635	R\$ 0	R\$ 0
FIDC Ático	Eletra 01	R\$ 3.000	R\$ 3.395.793	R\$ 0	R\$ 0

C.10 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA EMISSÕES PRIMÁRIAS II

O investimento foi aprovado pela entidade no final do exercício de 2010, sendo que a chamada de capital ocorreu no ano subsequente.

Em dezembro de 2019, o administrador do fundo realizou remarcação das debêntures da PDG Realty a valor zero, diante das dificuldades de recuperação dos créditos e das SPEs dadas em garantia ao fundo. Desde 2016 o administrador do fundo vem realizando provisões de devedores duvidosos no fundo Emissões Primárias II diante do pedido de recuperação judicial da empresa PDG Realty. O BTG Pactual, gestor do fundo, conseguiu adicionar os recebíveis de SPEs que compunham a carteira da PDG Realty. O fundo também contratou em 2017 a empresa OGFI para realizar *due diligence* das SPEs e escritório Mattos Filho para assessoria jurídica. Diante da dificuldade de obtenção de informações sobre os recebíveis das SPEs, foi necessário protocolar processo judicial para que a SPE apresentasse informação para avaliação das garantias. Somente depois de mais de um ano de litígio, o fundo conseguiu informações para avaliar as SPEs e houve a constatação de que não há valor para as garantias, além de não existir interesse de mercado pela compra no secundário dos créditos da PDG Realty. Assim, o administrador realizou a remarcação das debentures a zero no dia 04 de dezembro de 2019. No dia 12 de dezembro, os cotistas do fundo decidiram por maioria (67,39%), aprovar a prorrogação do vencimento pelo prazo de 12 meses a contar da data de encerramento do fundo (14 de dezembro de 2019) conforme previsto em seu Regulamento. A decisão foi de aprovar essa prorrogação de forma a contar ainda por mais um ano com os serviços do gestor/administrador BTG Pactual nas soluções do problema. Caso não ocorresse essa prorrogação, a outra opção seria por deliberar pela liquidação do fundo, quando os cotistas receberiam em carteira própria os ativos problemáticos na proporção da participação de cada um, tendo que fazer individualmente a gestão dos problemas e tomar as medidas e ações necessárias para reaver os recursos investidos.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Finalmente, em 16 de junho de 2020, o fundo realizou a venda do seu único ativo restante, ficando então decidido em Assembleia Geral de Quotistas do dia 07 de julho de 2020, pela liquidação do fundo. Liquidação esta ocorrida em 10 de julho de 2020.

Segue abaixo um resumo dos valores aportados bem como dos valores recebidos.

FIRF EMISSÕES PRIMÁRIAS II - VALORES APLICADOS			
ELETRA CV		ELETRA BD	
DATA	VALOR (R\$)	DATA	VALOR (R\$)
26/01/2011	35.000,00	26/01/2011	15.000,00
26/01/2011	854.064,05	29/06/2011	366.027,45
30/03/2012	873.284,95	30/03/2012	374.264,33
06/12/2018	751,90	06/12/2018	322,25
15/07/2019	520,28	15/07/2019	223,07
TOTAL (R\$) 1.763.621,18		TOTAL (R\$) 755.837,10	

FIRF EMISSÕES PRIMÁRIAS II - VALORES RECEBIDOS			
ELETRA CV		ELETRA BD	
DATA	VALOR	DATA	VALOR
31/07/2013	143.574,49	31/07/2013	61.531,87
26/08/2013	87.328,48	26/08/2013	37426,44
26/03/2014	74.852,96	26/03/2014	32.079,81
30/06/2014	88.576,01	30/06/2014	37.961,11
20/03/2015	62.377,47	20/03/2015	26.733,17
19/06/2015	375.512,43	19/06/2015	160.933,75
08/12/2015	467.340,93	08/12/2015	200.288,80
17/06/2016	190.251,30	17/06/2016	81.536,20
20/07/2016	13.629,45	20/07/2016	5.841,18
19/08/2016	13.331,08	19/08/2016	5.713,31
22/09/2016	13.614,02	22/09/2016	5.834,57
21/10/2016	13.231,41	21/10/2016	5.670,59
23/11/2016	12.874,99	23/11/2016	5.517,84
30/11/2016	321.466,87	30/11/2016	137.771,40
10/07/2020	1.530,60	10/07/2020	655,97
Total	1.879.492,49	Total	805.496,01

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.11 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA PORTFÓLIO MASTER

A Eletra aplicou no Fundo em 2009. O objetivo do ativo era a aquisição de créditos privados para a carteira.

Ocorreram dois fatos relevantes que impactaram diretamente a carteira do Fundo: i) em abril de 2011 houve provisão de perdas de 1,646%, visto que havia um CDB emitido pelo Banco Morado, e que teve decretada a intervenção extrajudicial na instituição (em 2015 foi declarada a sua falência); e em 2012 outro ativo (FIDC Coral) impactou de forma mais significativa a performance do Portfólio Master, o qual teve impacto negativo em seu patrimônio de 44,52% naquele ano dado o lançamento de PDD na carteira do FIDC informado.

Em 2014, a fundação contratou o escritório de advocacia Martinelli com vistas à reparação civil pelos prejuízos causados pelo do Gestor e Administrador. O processo segue em curso na Justiça Estadual, na comarca do Rio de Janeiro. Em 2021, o fundo apresentou uma desvalorização de suas cotas na ordem de 66,28%. Grande parte dessa desvalorização se deu ao fato do lançamento realizado em 30 de dezembro de 2021 das despesas judiciais referentes aos processos patrocinados pelo escritório Ghendini Advogados. Abaixo, seguem dados do ativo:

FIRF PORTFÓLIO MASTER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIRF Portfólio Master	Celgprev	R\$ 2.000.000	R\$ 1.050.149	R\$ 0	R\$ 24.861

C.12 – FIDC'S DE EMISSÃO DO BANCO BVA

Tais ativos são provenientes de contratos de empréstimos feitos entre o Banco BVA a empresas. As aplicações ocorreram entre 2010 a 2012, sendo que o vencimento originalmente acordado de tais fundos (2014) foi prorrogado para 2021 e 2023.

Foi decretada intervenção pelo Bacen no BVA em outubro de 2012, incorrendo, dessa forma, em aumento das provisões de perdas. Em relação aos FIDC's de Emissão do Banco, na intervenção, os créditos em carteira tiveram aumento dos níveis de inadimplência, tendo em vista que os devedores incitaram movimentos para pagamentos de tais passivos em juízo.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Ao longo do processo, foram substituídos gestores no intuito de executar com maior eficiência a cobrança dos créditos inadimplentes. Atualmente, o valor da carteira dos fundos registra como ativo somente os valores a receber dos acordos celebrados, que estão sendo cumpridos. Abaixo, seguem os dados atualizados do ativo:

FIDC'S EMISSÃO BANCO BVA					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2021	Saldo do Ativo em 31/12/2021
FIDC Master II	Celgprev	R\$ 3.000.000	R\$ 3.106.433	R\$ 0	R\$ 4.517
	Eletra 1	R\$ 2.000.000	R\$ 2.070.955	R\$ 0	R\$ 3.011
FIDC Master III	Celgprev	R\$ 15.000.000	R\$ 13.198.147	R\$ 0	R\$ 62.089
	Eletra 1	R\$ 1.650.000	R\$ 1.475.799	R\$ 0	R\$ 6.930
FIDC Itália	Celgprev	R\$ 5.500.000	R\$ 4.497.604	R\$ 0	R\$ 738.569
	Eletra 1	R\$ 400.000	R\$ 326.046	R\$ 0	R\$ 53.426

Os novos gestores, desde que assumiram, têm realizado um trabalho de renegociação dos créditos junto aos devedores e renegociação de dívidas, além de novos andamentos de execução. No caso do FIDC Itália, o valor total já recebido nos dois planos é equivalente a R\$ 5.193.814,45, que equivale a 96,18% do valor total aportado. O último recebimento feito pelo fundo foi em dezembro de 2021. No do FIDC Master II, o valor total recebido já superou o valor aportado, no entanto, o último recebimento foi em setembro de 2020. Já o FIDC Master III teve seu último recebimento em setembro de 2021.

D. Permanente – Gestão Administrativa

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Taxa anual de depreciação	Custo Acumulado	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	
				2021	2020
Móveis e Utensílios	10%	81	71	10	18
Máquinas e Equipamentos	10%	74	54	20	31
Computadores e Periféricos	20%	366	308	58	19
Instalações	10%	10	10	-	1
Condicionadores de Ar	10%	20	16	4	10
		551	459	92	79

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa a provisão relativa à restituição das reservas de poupança dos participantes desligados dos Planos de Benefícios (que ainda não possuem condições de optar pelo saque de suas contribuições), retenções da folha de

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

benefícios e cobertura administrativa do PGA para repasse no mês seguinte:

Exigível Operacional Gestão Previdencial	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisões de Devoluções de Poupança	111	107
Retenções a recolher	1.552	1.451
Outras Exigibilidades	360	341
Cobertura Adm. PGA – Mês	<u>360</u>	<u>341</u>
	2.023	1.899

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa as obrigações da Fundação com despesas, no mês de dezembro de 2021, relativas à folha de pagamentos, encargos sociais, tributos e fornecedores de materiais, plano de saúde e serviços, vencíveis no exercício seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Exigível Operacional Gestão Administrativa		
Despesas com Pessoal	289	273
Encargos Sociais	45	47
Prestadores de Serviços	77	59
Retenções a recolher	105	85
Aluguel a Pagar	<u>5</u>	<u>4</u>
	521	468

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS

Representa as obrigações da Entidade, em relação ao IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), incidentes nas concessões de empréstimos a participantes.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Exigível Operacional Investimentos		
Taxas custódia a pagar	<u>5</u>	<u>5</u>
Parcela de Empréstimos a devolver	<u>1</u>	<u>1</u>
	6	6

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra o montante das provisões, em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a ELETRA. É atualizado por meio das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

determinada pelos advogados patrocinadores dos processos.

Consolidado

	<u>Saldo</u> <u>Provisão 2021</u>	<u>Movimentação</u> <u>2021</u>	<u>Saldo Provisão</u> <u>2020</u>
PREVIDENCIAIS	3.803	(4.197)	8.000
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	3.803	(4.197)	8.000
ADMINISTRATIVAS	1.964	(447)	2.411
PIS e COFINS	1.964	(447)	2.411
	<u>5.767</u>	<u>(4.644)</u>	<u>10.411</u>

Plano Celgprev

	<u>Saldo Provisão</u> <u>2021</u>	<u>Movimentação</u> <u>2021</u>	<u>Saldo Provisão</u> <u>2020</u>
PREVIDENCIAIS	2.882	(4.320)	7.202
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	2.882	(4.320)	7.202
	<u>2.882</u>	<u>(4.320)</u>	<u>7.202</u>

Plano Eletra1

	<u>Saldo Provisão</u> <u>2021</u>	<u>Movimentação</u> <u>2021</u>	<u>Saldo Provisão</u> <u>2020</u>
PREVIDENCIAIS	921	123	798
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	921	123	798
	<u>921</u>	<u>123</u>	<u>798</u>

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



PGA

	<u>Saldo Provisão</u> <u>2021</u>	<u>Movimentação</u> <u>2021</u>	<u>Saldo</u> <u>Provisão 2020</u>
ADMINISTRATIVAS	1.964	(447)	2.411
PIS e COFINS	1.964	(447)	2.411
	<u>1.964</u>	<u>(447)</u>	<u>2.411</u>

Nos processos em que houve a migração dos Autores, diante do entendimento manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça, consolidado em sede de recursos repetitivos (Resp n. 1.551.488 – MS 2015/0207723-0, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, j. 14/06/2017, DJE 01/08/2017), que vem sendo seguido por todas as Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a Assessoria Jurídica da ELETRA classificou como REMOTA a possibilidade de uma condenação, o que determinou a reversão das provisões realizadas naqueles processos.

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são obtidas mediante cálculos atuariais que objetivam mensurar os compromissos líquidos da Entidade, com relação a benefícios concedidos e a conceder, tendo como base o último dia do exercício.

Os referidos cálculos são de responsabilidade de atuário independente, devidamente regulamentado e são apresentados por plano de benefício.

Adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos planos de benefícios administrados pela Eletra.

A Eletra efetuou, em 2021, por meio do Atuário responsável pelos planos, Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda o estudo de adequação das premissas atuariais e suas aderências às características da massa populacional (participantes e assistidos) e aos dispositivos regulamentares dos planos de benefícios, conforme determinação contida na Resolução CNPC n. 30, de 10 de outubro de 2018 e Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As alterações recomendadas pelo atuário foram submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo, em reunião ordinária realizada remotamente por vídeo conferência, em 16 de dezembro de 2021 quando foram aprovadas por unanimidade. As mesmas estão demonstradas nos quadros abaixo.

As principais premissas adotadas nos cálculos atuariais foram:

PLANO BD ELETRA 01 CNPB 1980.0023-47

Hipóteses	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M Basic	AT-2000 Basic (M & F)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB	IAPB
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa Real de Juros	4,96%	4,63%
Crescimento Real de Salários	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,9850 (Benefícios)	0,9850 (Benefícios)
Taxa de Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar	Real	Real

PLANO CELGPREV CNPB 2000.0069-65

Hipóteses	Avaliação 2021	Avaliação 2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M Suaviz. 10%	AT-2000 M Suaviz. 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 85 M & F	MI 85 M & F
Tábua de Entrada em Invalidez	Tasa Suaviz. 50%	Tasa Suaviz. 50%
Taxa Real de Juros	5,07%	4,46%
Crescimento Real de Salários	1,32%	1,32%
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,9850	0,9850
Taxa de Rotatividade	3,00%	3,00%
Composição Familiar	<u>Ativos:</u> Considera-se que 70% dos participantes possuem, dependentes, a diferença de idade entre os cônjuges é de 7 anos e a maioridade do temporário mais novo é alcançada quando o participante atinge 66 anos. <u>Assistidos:</u> Família Real.	<u>Ativos:</u> Considera-se que 70% dos participantes possuem, dependentes, a diferença de idade entre os cônjuges é de 7 anos e a maioridade do temporário mais novo é alcançada quando o participante atinge 66 anos. <u>Assistidos:</u> Família Real.

Plano de Equacionamento de Déficit de 2019 do Plano Eletra 01

O Plano de Equacionamento de Déficit de 2019, do Plano Eletra 01, no valor de R\$ 6.025 (Reais mil), correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado – ETA, implantado em 1º de abril de 2021, resultou em uma Contribuição Extraordinária

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

de 9,9731%, que incidirá sobre o benefício dos assistidos e pensionistas do citado plano, de abril de 2021 a março de 2034.

A taxa de juros atuarial adotada no desconto a valor presente das obrigações atuariais foi de 5,39% a.a.

A tabela a seguir demonstra os valores projetados e arrecadados com as contribuições extraordinárias durante o ano de 2021:

ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO PLANO DE EQUACIONAMENTO/2019 - ELETRA 1					
Meses	Valores Arrecadados	Projeção Atuarial 31/12/2019 R\$ 553.927,47	Projeção Atuarial 31/12/2020 R\$ 592.968,40	Projeção Atuarial c/ Incorporação do Reajuste 7,59% (maio/21)	Fator Data
abr/21	59.103,53	56.813,07	60.817,27	60.817,27	9,75
mai/21	67.179,73	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
jun/21	64.652,89	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
jul/21	64.652,89	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
ago/21	64.652,89	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
set/21	64.652,89	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
out/21	61.528,51	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
nov/21	62.211,08	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
dez/21	61.944,03	56.813,07	60.817,27	65.433,30	
abono/21	61.944,03	42.609,81	45.612,95	49.074,98	
Soma	632.522,47			633.358,67	
Diferença entre projetado e arrecadado	836,20				

Plano de Equacionamento de Déficit de 2020 do Plano Eletra 1

Em 31 de dezembro de 2020 o Plano Eletra 1 apresentou um déficit técnico acumulado de R\$ 12.179 mil, aproximadamente 14,51% das suas provisões matemáticas.

Aplicando-se o ajuste de precificação dos títulos federais, previsto no artigo 30 da Resolução CNPC 30/2018, que para o Plano Eletra 1 em 31/12/2020 é de R\$ 3.368 mil, encontra-se o Equilíbrio Técnico Ajustado no valor de R\$ 8.811 mil.

De acordo com o disposto no artigo 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a duração do passivo do Plano, apurada em 9,06 anos na avaliação de 2020, o limite de Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2020 é de R\$ 4.248 mil.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Portanto, como o Equilíbrio Técnico Ajustado, ficou acima do valor de R\$ 4.248 mil, foi necessário elaborar e aprovar, em 2021, o Plano de Equacionamento para o Plano Eletra 1.

Desta forma, o mencionado plano de equacionamento deverá contemplar, no mínimo, o maior valor entre R\$ 4.563 mil e 1% das provisões matemáticas (BD), provisões estas que representam R\$ 840 mil, apurados para 31.12.2020. Esclarece-se aqui que o valor de R\$ 4.563 mil é o resultado da diferença entre o Limite de Déficit Técnico Acumulado (R\$ 4.248 mil) e o Equilíbrio Técnico Ajustado (R\$ 8.811 mil).

A Rodarte Nogueira, consultoria atuarial, responsável técnica pelos planos administrados pela ELETRA, elaborou, por solicitação da Diretoria da Fundação, consoante aos dispostos na Resolução CNPC 30/2018 e Instrução Previc 33/2020, o Plano de Equacionamento do Plano Eletra 1, consubstanciado no Relatório RN/ELETRA nº 002/2021, de 01/09/2021, onde foram apresentadas duas opções de valores para o equacionamento, sendo a primeira no valor R\$ 4.563 mil, correspondente ao mínimo exigido a ser equacionado e a segunda opção no valor referente ao Equilíbrio Técnico Ajustado, ou seja R\$ 8.811 mil. O Plano de Equacionamento foi apresentado, na reunião de 16 de dezembro de 2021, ao Conselho Deliberativo da Eletra, o qual, por decisão unânime, aprovou o equacionamento no valor de Equilíbrio Técnico Ajustado (R\$ 8.811 mil) resultando em Contribuição Extraordinária de 13,5844%, que incidirá sobre o benefício dos assistidos e pensionista daquele Plano, de abril de 2022 a março de 2035.

11. RESULTADOS REALIZADOS - SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO E RENTABILIDADES

A rentabilidade da ELETRA alcançou, no exercício de 2021, os seguintes percentuais:

Rentabilidade dos Investimentos		
	2021	2020
Plano Eletra 1 BD	7,83%	4,22%
Plano Celgprev CV	3,28%	3,85%
Plano de Gestão Administrativa PGA	4,61%	2,60%
Meta Atuarial BD	14,32%	11,13%
Meta Atuarial CV	14,43%	11,18%
INPC	10,16%	5,45%

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Quanto à situação atuarial do plano, com base no balanço contábil, encerrado em 31/12/2021, do Ativo Total de R\$ 753.818 mil, quando subtraído o Exigível Operacional e Contingencial, que totaliza a importância de R\$ 8.869 mil, resulta no Ativo Líquido Previdencial de R\$ 744.949 mil, resultando no consolidado um déficit acumulado de R\$ 84.070 mil.

Celgprev - No exercício de 2021 foi apurado o resultado acumulado negativo de R\$ 67.860 mil. Em 2020, foi registrado o resultado acumulado negativo de R\$ 50.780 mil.

Eletra 1 - No exercício de 2021 foi apurado o resultado acumulado negativo de R\$ 16.210 mil. Em 2020, foi registrado o resultado acumulado negativo de R\$ 12.178 mil.

COMPARATIVO EVOLUÇÃO DÉFICIT TÉCNICO

Planos	Déficit Técnico Acumulado no Exercício Atual <u>2021</u>	Déficit Técnico Acumulado no Exercício Anterior <u>2020</u>
Plano Celgprev (CV)	(67.860)	(50.780)
Plano Eletra1 (BD)	(16.210)	(12.178)
Consolidado	(84.070)	(62.958)

a) – RESULTADOS AJUSTADOS – (EQUILIBRIO TÉCNICO)

Em 4 de fevereiro de 2015, foi publicada a Instrução PREVIC nº19, que disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais, para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos elegíveis em 31 de dezembro de 2021 do Celgprev resultou em um valor positivo de R\$ 23.919 mil (em 2020 foi R\$ 12.944 mil), conforme demonstrativo a seguir:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Plano Celgprev

PLANO CELGPREV
TÍTULOS PÚBLICOS UTILIZADOS PARA AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

TÍTULOS	DATA APLICAÇÃO	VENCIMENTO	TAXA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR (R\$) 31/12/2021	INCLUIDO
NTN-B	04/06/2014	15/08/2050	6,159	800	1.946	3.032	Sim
NTN-B	03/07/2014	15/08/2050	6,140	1.000	2.460	3.799	Sim
NTN-B	16/07/2014	15/08/2050	6,119	1.000	2.477	3.810	Sim
NTN-B	30/07/2014	15/08/2040	5,960	1.000	2.537	3.885	Sim
NTN-B	30/07/2014	15/08/2050	5,980	5.000	12.664	19.403	Sim
NTN-B	13/08/2014	15/08/2050	6,059	2.000	5.019	7.678	Sim
NTN-B	27/08/2014	15/08/2050	5,770	1.500	3.825	5.981	Sim
NTN-B	10/09/2014	15/08/2050	5,600	2.000	5.246	8.157	Sim
NTN-B	15/01/2014	15/08/2030	6,600	2.000	4.577	7.443	Sim
NTN-B	24/09/2014	15/08/2050	5,970	2.000	4.991	7.765	Sim
NTN-B	22/10/2014	15/08/2050	5,980	2.000	5.034	7.759	Sim
NTN-B	03/12/2014	15/05/2023	5,940	1.150	2.890	4.371	Sim
NTN-B	12/03/2014	15/08/2050	6,800	1.200	2.585	4.196	Sim
NTN-B	09/04/2014	15/08/2040	6,510	850	1.942	3.114	Sim
NTN-B	14/01/2015	15/05/2023	5,930	3.100	7.921	11.811	Sim
NTN-B	11/02/2015	15/05/2023	6,200	2.700	6.892	10.252	Sim
NTN-B	11/03/2015	15/05/2023	6,480	1.550	3.954	5.865	Sim
NTN-B	25/03/2015	15/05/2023	6,360	1.500	3.888	5.685	Sim
NTN-B	23/04/2015	15/05/2023	6,330	2.600	6.854	9.857	Sim
NTN-B	06/05/2015	15/05/2023	6,410	1.900	5.010	7.197	Sim
NTN-B	03/06/2015	15/05/2023	6,280	1.900	4.952	7.205	Sim
NTN-B	15/07/2015	15/05/2023	6,459	1.900	4.994	7.191	Sim
NTN-B	12/08/2015	15/05/2023	7,180	1.950	4.968	7.316	Sim
NTN-B	26/08/2015	15/05/2023	7,199	2.000	5.111	7.501	Sim
NTN-B	07/10/2015	15/05/2023	7,230	2.700	6.986	10.124	Sim
NTN-B	21/10/2015	15/05/2023	7,501	2.000	5.121	7.473	Sim
NTN-B	04/11/2015	15/05/2023	7,429	2.000	5.173	7.480	Sim
NTN-B	18/11/2015	15/05/2023	7,179	2.750	7.037	10.316	Sim
NTN-B	02/12/2015	15/05/2023	7,479	1.950	4.942	7.288	Sim
NTN-B	16/12/2015	15/05/2023	7,519	2.700	6.884	10.087	Sim
NTN-B	27/04/2016	15/08/2026	6,299	350	993	1.336	Sim
NTN-B	08/06/2016	15/05/2035	6,119	450	1.292	1.697	Sim
VALOR TOTAL DO AJUSTE							23.919

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31.12.2021, R\$ 23.919 mil, o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 43.941 mil:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Variação (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(67.860)	(50.780)	33,64%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	23.919	12.944	84,79%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(43.941)	(37.836)	16,14%

Plano de Equacionamento de Déficit de 2020 do Plano CELGPREV

Em 31 de dezembro de 2020 o Plano Celgprev - CV apresentou um déficit técnico acumulado de R\$ 50.780 mil aproximadamente 10,22% das suas provisões matemáticas.

Aplicando-se o ajuste de precificação dos títulos federais, previsto no artigo 30 da Resolução CNPC 30/2018, que para o Plano Celgprev - CV em 31/12/2020 é de R\$ 12.944 mil, encontra-se o Equilíbrio Técnico Ajustado no valor de R\$ 37.835 mil.

De acordo com o disposto no artigo 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a duração do passivo do Plano, apurada em 8,96 anos na avaliação de 2020, o limite de Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2020 é de R\$ 24.633 mil.

Portanto, como o Equilíbrio Técnico Ajustado, ficou acima do valor de R\$ 24.633 mil, foi necessário elaborar e aprovar, em 2021, o Plano de Equacionamento para o Plano Celgprev - CV.

Desta forma, o mencionado plano de equacionamento deverá contemplar, no mínimo, o maior valor entre R\$ 13.203 mil e 1% das provisões matemáticas, provisões (BD) estas que representam R\$ 4.966 mil, apurados para 31.12.2020. Esclarece-se aqui que o valor de R\$ 13.203 mil é o resultado da diferença entre o Limite de Déficit Técnico Acumulado (R\$ 24.633 mil) e o Equilíbrio Técnico Ajustado (R\$ 37.835 mil).

A Rodarte Nogueira, consultoria atuarial, responsável técnica pelos planos administrados pela ELETRA, elaborou, por solicitação da Diretoria da Fundação, consoante aos dispostos na Resolução CNPC 30/2018 e Instrução Previc 33/2020 o Plano de Equacionamento do Plano CELGPREV consubstanciado no Relatório RN/ELETRA nº 697/2021, de 23.09/2021, onde foram apresentadas duas opções de valores para o equacionamento, sendo a primeira no valor R\$ 13.203 mil, correspondente ao mínimo exigido a ser equacionado e a segunda opção no valor referente ao Equilíbrio Técnico Ajustado, ou seja R\$ 37.835 mil, com a opção da utilização do Fundo de Desligamento (Fundo

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Previdencial), que encerrou o mês de novembro de 2021 com um saldo de R\$ 39.653 mil. O Plano de Equacionamento, embasado pelo Parecer Atuarial constante no Relatório RN/697/2021/ELETRA, foi apresentado, na reunião de 16 de dezembro de 2021, ao Conselho Deliberativo da Eletra, o qual, por decisão unânime, aprovou o equacionamento no valor de Equilíbrio Técnico Ajustado (R\$ 37.835 mil), com a utilização do saldo do Fundo de Desligamento.

QUANTIDADE E MONTANTE DE TÍTULOS PÚBLICOS POR FAIXAS DE VENCIMENTO		
DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	31/12/2021
15/05/2023	36.350	137.020
15/08/2026	350	1.336
15/08/2030	2.000	7.443
15/05/2035	450	1.697
15/08/2040	1.850	6.998
15/08/2050	18.500	71.581

Com relação ao Plano Eletra1, o ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2021 resultou em um valor positivo de R\$ 4.428 mil (em 2020 foi R\$ 3.368 mil) conforme demonstrativo a seguir:

TÍTULOS	DATA APLICAÇÃO	VENCIMENTO	TAXA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR (R\$) 31/12/2021	INCLUIDO
NTN-B	26/02/2014	15/08/2040	6,660000	2.000,00	4.406	7.216	Sim
NTN-B	26/02/2014	15/08/2050	6,690000	1.500,00	3.258	5.310	Sim
NTN-B	12/03/2014	15/08/2030	6,730000	400,00	895	1.477	Sim
NTN-B	12/08/2015	15/05/2023	5,710000	4.000,00	12.927	4.838	Sim
NTN-B	12/08/2015	15/05/2035	5,830000	1.250,00	4.068	15.284	Sim
VALOR TOTAL DO AJUSTE						4.428	

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31.12.2021, R\$ 4.428 mil, o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 11.782 mil:

Plano Eletra1

Descrição	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Varição (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(16.210)	(12.179)	33,10%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.428	3.368	31,47%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(11.782)	(8.811)	33,72%

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Eletra1

QUANTIDADE E MONTANTE DE TÍTULOS PÚBLICOS POR FAIXAS DE VENCIMENTO		
DATA VENCIMENTO	QUANTIDADE	31/12/2021
15/05/2023	4.000	4.838
15/08/2030	400	1.477
15/05/2035	1.250	15.284
15/08/2040	2.000	7.216
15/08/2050	1.500	5.310

12. FUNDOS

A. Fundos Previdenciais

A.1. Fundo Coletivo de Desligamento - Celgprev

Constituído pelas transferências dos saldos referentes às contribuições vertidas pelas Patrocinadoras, existentes nas contas dos Participantes que tiveram suas cotas prescritas ou que tenham obtido o resgate de suas cotas por motivo de cancelamento de inscrição.

Fundos Previdenciais	Saldo Acumulado <u>2021</u>	Constituição/ Reversão <u>2021</u>	Saldo Anterior <u>2020</u>
Fundo Coletivo de Desligamento	2.326	(34.832)	37.158

A.2. Fundo Administrativo

Constituído de valores resultantes da contribuição para Custeio Administrativo, deduzindo-se as despesas administrativas e sendo corrigido pela taxa de remuneração dos investimentos. Ver nota 3 letra O.

Fundos Administrativos	Saldo Acumulado <u>2021</u>	Constituição/ Reversão <u>2021</u>	Saldo Anterior <u>2020</u>
Fundo Administrativo – Celgprev	6.398	(1.355)	7.753
Fundo Administrativo – Eletra 1	713	(26)	739
Consolidado	<u>7.111</u>	<u>(1.381)</u>	<u>8.492</u>

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



A.3. Fundo de Investimentos

Constituído de valores resultantes da taxa de seguro e administração, incidentes sobre os valores dos empréstimos aos participantes, visando à cobertura de saldos em caso de morte.

<u>Fundo de Investimentos</u>	<u>Saldo</u>	<u>Utilização</u>	<u>Formação do</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Acumulado</u>	<u>Fundo (-)</u>	<u>Fundo (+)</u>	<u>Anterior</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fundo de Garantia de Empréstimos – Celgprev	900	141	146	895
Fundo de Garantia de Empréstimos – Eletra 1	<u>25</u>	<u>44</u>	<u>7</u>	<u>62</u>
Consolidado	<u>925</u>	<u>185</u>	<u>153</u>	<u>957</u>

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Impacto da pandemia nos investimentos

A Eletra avaliou que os impactos mais relevantes decorrentes da pandemia do coronavírus COVID-19 estiveram relacionados à volatilidade dos ativos financeiros diante das incertezas macroeconômicas ao longo do ano. Pode se observar tais impactos nos investimentos dos planos de benefícios administrados, dado as mudanças estruturais na economia como inflação, câmbio e juros. Tais efeitos foram registrados no exercício social de 2021 e concluiu-se que não há manifestação adicional a ser reportada após o encerramento do exercício.

Atenta à sua missão, a Eletra segue atuando norteada pelos mais elevados patamares de governança e sob o ponto de vista tático, mantendo seu posicionamento estratégico de longo prazo.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



David Augusto de Abreu
Presidente
CPF 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios
CPF 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO: 042420/O
CPF 532.110.496-49

*David Augusto de Abreu
Presidente*

CPF n. 010.618.617-59

*Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro*

CPF n. 302.867.998-12

*Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios*

CPF n. 067.550.701-49

*Wallace Rodrigues Felipe
Contador*

*CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49*



RN/052/2022/ELETRA

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2022.

Ao

Sr. David Augusto de Abreu

Diretor-Presidente da

ELETRA – Fundação de Previdência Privada

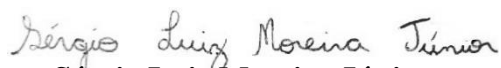
Prezado Senhor,


Apresentamos em anexo o Parecer Atuarial da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2021 do Plano CelgPrev, CNPB nº 2000.0069-65, administrado pela ELETRA.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070


Sérgio Luiz Moreira Júnior
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 3.525


Cássia Maria Nogueira
Sócia Consultora Sênior - Previdência
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

ELETRA – Fundação de Previdência Privada
Plano CelgPrev - CNPB nº 2000.0069-65

Parecer Atuarial da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2021

1. Introdução / Objetivo

Este Parecer Atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 Plano CelgPrev, doravante Plano, administrado pela ELETRA – Fundação de Previdência Privada, bem como o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano de Benefício CELGPREV, aprovado pelo Ofício nº 1908/2014/CGAT/DITEC/ PREVIC, de 02/06/2014;
- As informações cadastrais dos participantes e assistidos na data base de novembro/2021, cuja coerência e consistência dos dados disponibilizadas pela entidade foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários, conforme item 2;
- Os demonstrativos contábeis do Plano em 2021 fornecidos pela Fundação;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Em dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELETRA o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2020 (PED 2020), pelo seu valor máximo, cuja amortização se deu à vista, a partir da utilização de recursos do Fundo de Desligamento, em 31.12.2021.



2. Base de dados

2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 30.11.2021. As referidas bases de dados foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, isto é, não é possível afirmar se os dados são exatos e verídicos, cabendo, em qualquer hipótese, à Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2 Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.2.1 Participantes Ativos e Autopatrocinados

TABELA 1

Descrição	Masculino	Feminino	Total
Frequência	894	200	1.094
Idade Média (em anos)			
Inscrição	30,96	30,26	30,83
Atual	42,71	39,40	42,11
Aposentadoria (provável)	49,82	49,33	49,73
Tempo de Empresa Médio (em anos)	13,12	10,55	12,65
Tempo de Contribuição Médio (em anos)	11,71	9,10	11,23
Salário Real de Contribuição Médio	R\$ 11.028,12	R\$ 8.566,92	R\$ 10.578,18

A base de dados registra ainda 2 optantes pelo BPD e 98 matrículas *aguardando resgate*. A base de dados não sofreu variação significativa em relação a base da avaliação atuarial de 2020.

2.2.2 Participantes Aposentados

TABELA 2

Tipo de Aposentadoria	Frequência	Suplementação Média	Idade Média (em anos)
Tempo de Serviço	237	R\$ 4.215,20	75,74
Especial	65	R\$ 3.414,09	81,09
Idade	24	R\$ 2.275,77	81,73
Invalidez	147	R\$ 1.882,20	70,33
Não Concedidas pelo INSS	205	R\$ 3.951,98	63,24
Proporcional (Antecipada)	79	R\$ 2.826,99	78,89
Total	757	R\$ 3.415,73	72,28



2.2.3 Pensões

TABELA 3

Tipo de Beneficiário	Frequência	Suplementação Média	Idade Média (em anos)
Pensões	387	R\$ 2.423,73	-
Pensionistas	427	-	65,85
Beneficiários Vitalícios	399	-	69,46
Beneficiários Temporários	28	-	14,28

Não foram observadas variações atípicas na base de dados de assistidos e pensionistas, entre 2020 e 2021, que apenas refletiram a concessão de novos benefícios e a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou da perda da qualidade de beneficiário.

3. Hipóteses Atuariais

3.1 Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2021, destacam-se as indicadas a seguir:

TABELA 4

Item	AA 2021	AA 2020
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa real anual de juros ¹	4,46% a.a.	5,07% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	<i>AT 2000 M (Basic Suavizada em 10%)</i>	<i>AT 2000 M (Basic Suavizada em 10%)</i>
Tábua de Entrada em Invalidez	<i>TASA 1927 D50%</i>	<i>TASA 1927 D50%</i>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	<i>MI 85 M&F</i>	<i>MI 85 M&F</i>
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas	<i>Ativos: Composição Familiar Padrão ² Assistidos: Família Real</i>	<i>Ativos: Composição Familiar Padrão ² Assistidos: Família Real</i>
Hipóteses sobre rotatividade anual	3% a.a.	3% a.a.
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	<i>Não Utilizada</i>	<i>Não Utilizada</i>
Crescimento real anual esperado dos salários	1,32% a.a.	1,32% a.a.
Inflação anual futura estimada	4,04% a.a.	3,17% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (fator de capacidade) ³	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850

¹ Adotada no desconto a valor presente.

² Considera-se que 70% dos participantes possuem dependentes, a diferença de idade entre os cônjuges é de 7 anos e a maioria do temporário mais novo é alcançada quando o participante atinge 66 anos.

³ Fator determinado com base em inflação média projetada variável de 3% a 4%. Mantido em razão da imaterialidade da alteração.

3.2 Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à Rodarte Nogueira.



Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir:

3.2.1 Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: *Relatório RN/ELETRA nº 004/2021, de 13.12.2021;*
- Estudos específicos das Demais Hipóteses:
 - i. *Estudo de Adequação das Hipóteses Atuarias – 2019 (CelgPrev): Relatório RN/ELETRA nº 002/2019, de 14.11.2019;*
 - ii. *Estudo de Atualização e Adequação das Hipóteses Atuariais – 2020 (Eletra 01 e CelgPrev): Relatório RN/ELETRA nº 002/2020, de 24.11.2020;*
 - iii. *Manifestação sobre as hipóteses atuariais (exceto taxa de juros) a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021: RN/874/2021/ELETRA, de 03.12.2021, e RN/891/2021/ELETRA, de 09.12.2021;*

3.2.2 Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: Atas da 18ª da Reunião (Extraordinária) e da 19ª Reunião (Ordinária) da Diretoria Executiva no exercício de 2021, realizadas em 06 e 14.12.2021, respectivamente;
- Conselho Fiscal: Ata da 5ª da Reunião (Ordinária) do Conselho Fiscal no exercício de 2021, de 15.12.2021;
- Conselho Deliberativo: Ata da 7ª Reunião (Ordinária) do Conselho Deliberativo no exercício de 2021, de 16.12/2021.

Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, relacionados no item 3.2.1, a hipótese da taxa de juros atuarial foi reduzida de 5,07% a.a. para 4,46% a.a., sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021, conforme os ofícios referidos no subitem *iii* do item 3.2.1.

3.3 Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Quanto aos Regimes Financeiros e Métodos Atuariais, manteve-se nessa avaliação o *Regime de Capitalização* e o *Método de Idade de Entrada Normal* para financiamento dos benefícios e Institutos do Plano estruturados na modalidade de Benefício Definido e o *Regime de Capitalização* e o *Método de Capitalização Financeira* para financiamento dos benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, considerados adequados aos benefícios aos quais são empregados.



4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

O Plano CelgPrev, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 2000.0069-65, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Variável. As Provisões Matemáticas de Benefício Definido referentes ao encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da respectiva Avaliação Atuarial de 31.12.2021, elaborada por esta consultoria. Já as Provisões Matemáticas de Contribuição Definida, estas são constituídas por meio dos Saldos de Contas, devidamente atualizados, cuja determinação é de inteira responsabilidade da ELETRA. O quadro abaixo, demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021:

		Valores em R\$
2.03.00.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	674.014.288,68
2.03.01.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	664.390.083,38
2.03.01.01.00.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	732.250.501,46
2.03.01.01.01.00.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	529.053.316,00
2.03.01.01.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.03.01.01.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - CONSTITUÍDO	-
2.03.01.01.01.02.00.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	529.053.316,00
2.03.01.01.01.02.01.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	358.905.399,00
2.03.01.01.01.02.02.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	170.147.917,00
2.03.01.01.02.00.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	203.201.827,46
2.03.01.01.02.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	202.207.365,46
2.03.01.01.02.01.01.00	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	101.221.137,93
2.03.01.01.02.01.02.00	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	100.801.558,31
2.03.01.01.02.01.03.00	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	184.669,22
2.03.01.01.02.01.04.00	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	-
2.03.01.01.02.02.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	-
2.03.01.01.02.02.01.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	-
2.03.01.01.02.02.02.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.02.03.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.02.03.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	994.462,00
2.03.01.01.02.03.01.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	4.817.508,00
2.03.01.01.02.03.02.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(1.911.523,00)
2.03.01.01.02.03.03.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(1.911.523,00)
2.03.01.01.03.00.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(4.642,00)
2.03.01.01.03.01.00.00	(-) SERVIÇO PASSADO	(4.642,00)
2.03.01.01.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	(4.642,00)
2.03.01.01.03.02.00	(-) EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT A INTEGRALIZAR	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.03.01.02.00.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(67.860.418,08)
2.03.01.02.01.00.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(67.860.418,08)
2.03.01.02.01.02.00.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(67.860.418,08)
2.03.02.00.00.00.00.00	FUNDOS	9.624.205,30
2.03.02.01.00.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.326.655,72
2.03.02.01.01.00.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	2.326.655,72
2.03.02.01.02.00.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TECNICA ATUARIAL	-
2.03.02.02.00.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	6.397.619,81
2.03.02.02.01.00.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.03.02.02.02.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	6.397.619,81
2.03.02.03.00.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	899.929,77
2.03.02.03.01.00.00.00	FUNDO DE EMPRÉSTIMOS	899.929,77



5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1 Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do Plano CelgPrev foi dimensionada em 109 meses ou 9,10 anos.

5.2 Ajuste de precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados à índice de preços, classificados na categoria *títulos mantidos até o vencimento*, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial do final do exercício correspondente, e o valor contábil desses títulos.

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros (item 3.2.1), o Plano CELGPREV contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como *mantidos até o vencimento* de 2023 a 2050, sendo a representatividade de vencimentos no ano de 2023 equivalente a 59,60%. De acordo com o referido estudo, a manutenção desses títulos não compromete a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano até o ano 2036 e, após esse período, mantidas as condições do estudo, em especial pela situação deficitária do plano, há indícios de insuficiência de liquidez que exigiriam a liquidação antecipada desses títulos.

Posto isto, considerando a taxa de juros real anual de 4,46% e o fluxo do passivo dessa avaliação atuarial, o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, informado pela Fundação para o Plano CelgPrev, é positivo e monta a R\$ 23.918.950,00.

Tendo-se apurado resultado deficitário para o Plano CelgPrev, em 31.12.2021, o referido valor de ajuste de precificação positivo será deduzido do déficit técnico acumulado para fins de equacionamento do déficit.



6. Resultados Atuariais

6.1 Em relação ao Grupo de Custeio

Todos os participantes e assistidos do Plano CELGPREV estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o plano.

6.1.1 Evolução dos Custos

Os custos atuariais relativos aos benefícios de risco assegurados pelo Plano foram reavaliados atuarialmente na data desta Avaliação, considerando o excesso do encargo atuarial em relação aos saldos de conta projetado, sendo os benefícios programados apurados com base nas contribuições normais vertidas, auferindo-se no total o custo médio de 16,60%.

A tabela a seguir registra as contribuições normais previstas para serem pagas em 2022, ora expressas em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário de participação.

TABELA 5 - FONTE DE RECURSOS 2022

Especificação	Participantes	% folha ativo	Assistidos	% folha assistido	Patrocinador	% folha global	Total
Custo Total							R\$ 21.359.743,11
Contrib. Previdenciárias	R\$ 10.680.896,21	8,300	R\$ -	-	R\$ 10.678.846,90	8,298%	R\$ 21.359.743,11
Normais ⁽¹⁾	R\$ 10.678.846,90	8,298	R\$ -	-	R\$ 10.678.846,90	8,298%	R\$ 21.357.693,80
Extraordinárias	R\$ 2.049,32	0,002	R\$ -	-	-	-	-

O custo normal médio total para 2022 foi mensurado em 16,60% da Folha de Salário-real de Contribuição (salário de participação), apurado de acordo com os Regimes Financeiros e os Métodos de Financiamento adotados para todos os benefícios assegurados pelo Plano, não sendo alterado o custo atuarial para financiamento dos benefícios de risco.

O custo do plano manteve-se estável em relação ao esperado para o exercício anterior, para o qual apurou-se alíquota de 16,66% da Folha de salário real de contribuição (salário de participação).

6.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas reavaliadas em 31.12.2021 variaram R\$ 51,98 milhões em relação àquelas apuradas em 31.12.2020, acima da variação de R\$ 32,07 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (*atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições*), como efeito dos ganhos sobre as perdas atuariais desta avaliação atuarial que elevaram as provisões matemáticas do plano em aproximadamente R\$ 19,91 milhões.

A Tabela 6 registra como as provisões matemáticas do Plano CelgPrev evoluíram entre 2020 e 2021, destacando os respectivos impactos da alteração de cada hipótese atuarial na variação das Provisões Matemáticas:



TABELA 6 (Valores em R\$)

	PMBAC - BD	PMBAC - CD	PMBC ¹	PMaC	PM Total
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	757.325	183.650.946	495.871.931	(6.261)	680.273.941
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ^(a)	119.243	23.933.574	8.014.465	(986)	32.066.296
(+) Alteração das hipóteses atuariais	170.103	-	26.651.692	(46)	26.821.749
Alteração Tábua Biométrica	-	-	-	-	-
Taxa de Juros	170.103	-	26.651.692	(46)	26.821.749
Conjugação das Hipóteses	-	-	-	-	-
(+) Ajuste de experiência da população ^(b)	(52.209)	(5.377.155)	(1.484.772)	2.650	(6.911.485)
(+) Variação Total	237.137	18.556.419	33.181.385	1.619	51.976.560
(=) Provisões Matemáticas em 31.12.2021	994.462	202.207.365	529.053.316	(4.642)	732.250.501

^(a) Recorrência: atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições, considerando os critérios diferenciados de reajuste.

^(b) Considera as variações cadastrais (+ / -), como saída e entrada de participantes (parcela CD), extinção de benefícios e concessão de novos benefícios, e ajustes decorrentes da passagem do tempo (parcela BD) como sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada, revisão de benefícios etc,

6.1.3 Principais Riscos Atuariais

Quanto às provisões matemáticas constituídas na modalidade de Contribuição Definida, não há riscos atuariais envolvidos no seu dimensionamento, mas tão somente riscos financeiros.

Já em relação às parcelas de benefício definido, os principais riscos atuariais ao qual o plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do plano.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, valem as recomendações de sempre: acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano, foram aprovadas pela Fundação, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3.2.1 deste Parecer.

6.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2021, as provisões matemáticas de benefício definido do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ 67.860.418,08, aproximadamente 12,80% dessas provisões, sendo o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado *negativo* apurado em R\$ 43.941.468,08, quando considerado o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 23.918.468,00.

¹ Para a massa migrada, cerca de 55% dos assistidos, o reajuste está vinculado ao INPC e para a maioria dos demais assistidos - cerca de 44% - o reajuste está atrelado à variação da Cota Patrimonial, descontada a taxa de juros antecipada no cálculo do benefício.



Assim, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o registrado no Título VI, como medida legal mínima para restabelecer o reequilíbrio técnico do plano, conforme especificado no item 6.2.4.

Contudo, os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são compulsórios. Visando restaurar de forma mais definitiva o reequilíbrio e solvência do plano, a EFPC, dentro de critérios técnicos embasados em parecer atuarial, deve buscar estabelecer, entre as causas do resultado deficitário, aquelas que não são passíveis de reversão no médio prazo, para então definir o patamar mínimo do equacionamento, ou mesmo, buscar alternativas mais definitivas, como a reestruturação mais ampla do plano.

6.2 Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Fundo Coletivo de Desligamento encontra-se registrado na Conta Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, conforme Plano de Contas, e é constituído pelas transferências de 50% dos Saldos referentes às contribuições vertidas pelos Patrocinadores, existentes em conta única do Fundo Patrocinado, nas hipóteses em que os Participantes tiveram suas cotas prescritas ou que tiveram efetuado Resgate de Contribuições ou Portabilidade, sendo atualizado pela rentabilidade da Cota do Plano, cuja destinação dos recursos será definida pelo órgão deliberativo da ELETRA, embasada em Parecer Atuarial, na forma de dispositivos regulamentares e Nota Técnica Atuarial.

No encerramento do exercício de 2021, o referido Fundo monta R\$ 2.326.655,72, após a reversão de R\$ 37.835.471,34 referente ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2020.

6.2.2 Variação do Resultado

Apesar da reversão de R\$ 37,84 milhões do Fundo de Desligamento, conforme estabelecido no Plano de equacionamento do Déficit Técnico de 2020 (PED 2020), aprovado em 12.2021, a situação econômico-financeira do Plano se agravou em 2021.

O Déficit técnico acumulado em 31.12.2020, no valor de R\$ 50,78 milhões, equivalente a cerca de 10% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido da época, aumentou R\$ 17,08 milhões no exercício, passando a R\$ 67,86 milhões em 31.12.2021, aproximadamente 13% das respectivas Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

A Tabela 7 a seguir apresenta a conciliação da variação do resultado deficitário do Plano entre o encerramento dos exercícios de 2020 e 2021, evidenciando o resultado apurado no exercício que já considera a reversão do fundo desligamento utilizado para o equacionamento do PED 2020:



TABELA 7

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
1 - Resultado do Passivo (Tabela 1)	(51.976.560)
2 - Resultado Financeiro	34.895.758
Resultado Líquido dos investimentos	24.786.706
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	(26.273.770)
Constituição/Reversão Contingencial	4.319.954
Constituição/Reversão para Fundo Previdencial (*)	34.831.171
<i>Antes da reversão do PED 2020</i>	<i>(3.004.301)</i>
<i>Reversão para Fundo Previdencial do PED 2020</i>	<i>37.835.471</i>
Constituição/Reversão de Despesas Administrativas	(2.768.303)
3 - Resultado do Exercício (1 + 2)	(17.080.802)
4 - Déficit Técnico acumulado em 2020 (**)	(50.779.616)
5 - Déficit Técnico Acumulado em 2021 (3 + 4)	(67.860.417)

(*) Considera a reversão de R\$ 37.835.471,34 do Fundo de Desligamento, conforme PED 2020.

(**) R\$ 37.835.471,34 foram revertidos do Fundo de Desligamento, cujo efeito consta do Resultado Financeiro (item 2)

Nota-se que, sem considerar a reversão do Fundo de Desligamento (R\$ 37,84 milhões), o resultado financeiro em 2021 (R\$ 34,90 milhões) torna-se negativo em R\$ 2,94 milhões, demonstrando que os investimentos não atingiram a meta atuarial, agravando o resultado deficitário do plano, sendo a perda patrimonial no período estimada em R\$ 31,7 milhões, conforme demonstrado na Tabela 8:

TABELA 8 (Valores em R\$)

Patrimônio de Cobertura em 31.12.2020	629.494.325
Adições	22.770.547
Deduções	(49.044.317)
Rendimento Financeiro Esperado – Meta Atuarial sobre o PCP	56.481.760
Constituições / Reversões de Contingências (-)	4.319.954
Cobertura / Reversão de Despesas Administrativas (-)	(2.768.303)
Constituição / Reversão de Fundos (-)	34.831.171
Patrimônio de Cobertura esperado para 31.12.2021	696.085.137
Patrimônio de Cobertura real em 31.12.2021	664.390.083
Ganho (+) / Perda (-) Financeiro(a) – Dif. Patrimônio de Cobertura	(31.695.054)

Contudo, como o patrimônio de cobertura do plano em 31.12.2020 é inferior as provisões matemáticas na mesma data, para não agravar o déficit técnico do plano, o rendimento financeiro mínimo deveria ter sido da ordem de R\$ 61,04 milhões² e não de R\$ 56,48 milhões, conforme estimado na Tabela 3, elevando a perda financeira para R\$ 36,25 milhões.

Em síntese, o agravamento do déficit do Plano CELGPREV em 2021 decorre basicamente da perda atuarial relativa à alteração da hipótese da taxa de juros, responsável por R\$ 26,82 milhões, e da perda financeira total, estimada em R\$ 36,25 milhões, perdas estas compensadas parcialmente pelo ganho do ajuste de experiência da população no período, estimado em R\$ 6,91 milhões, e pela reversão do fundo de desligamento no valor de R\$ 37,84 milhões, cujos resultados agregados revelam R\$ 18,32 milhões de perdas atuariais no período.

² Valor estimado considerando o montante das provisões matemáticas em substituição ao do Patrimônio de Cobertura.



Quando computados os demais valores que compõem o resultado do exercício (Constituição/Reversão Contingencial, no valor positivo de R\$ 4,3 milhões, e Constituição/Reversão para Fundo Previdencial, no valor negativo de R\$ 3 milhões) o montante final apurado (R\$ 17 milhões) equivale basicamente ao resultado negativo apurado no exercício.

6.2.3 Natureza do Resultado

A natureza do resultado do plano no exercício de 2021 decorre tanto de causas estruturais quanto conjunturais, posto que deriva, primordialmente, de alterações das hipóteses atuariais e da rentabilidade do plano que não atingiu a meta atuarial no exercício, como provável efeito da situação econômica atual.

6.2.4 Soluções para Equacionamento de Déficit

Tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021 (R\$ 23.918.950,00), o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 43.941.468,08:

TABELA 8 - EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(67.860.418,08)
b) Ajuste de Precificação	23.918.950,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(43.941.468,08)
Em % das Provisões Matemáticas (BD)	8,29%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,10 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2021 o valor de R\$ 27.032.199,94.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (9,1 - 4) \times R\$ 530.043.136,00] = R\$ 27.032.199,94$$

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2021 (R\$ 43.941.468,08) é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2022, novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.



O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2021.

TABELA 9 - MONTANTE MÍNIMO A SER EQUACIONADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(43.941.468,08)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	27.032.199,94
c) Parcela do ETA excedente ao Limite (a + b)	(16.909.268,14)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(5.300.431,36)
e) Mínimo a ser equacionado	(16.909.268,14)

6.2.5 Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

6.2.6 Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para garantia das Operações e Exigíveis, bem como os saldos de conta da parcela de contribuição definida, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do CelgPrev, foram informados pela Eletra por meio do Balancete Contábil de 31.12.2021, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade;
- O Plano registra, no seu Exigível Contingencial, a provisão de R\$ 2.882.143, referente a ações movidas por participantes contra o Plano, equivalente a 0,54% das Provisões Matemáticas.
- Em dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELETRA o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2020 (PED 2020), pelo seu valor máximo, cuja amortização se deu à vista, a partir da utilização de recursos do Fundo de Desligamento, em 31.12.2021.



7. Plano de Custeio

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio previsto para vigorar entre 01.04.2022 e 31.03.2023.

7.1 Custeio dos Participantes Ativos, Autopatrocínados e Optantes

7.1.1 Custeio Normal

As contribuições normais dos Participantes Ativos, Autopatrocínados e Optantes se dão conforme a tabela abaixo:

Custeio Normal dos Participantes (Benefícios Programados)		Taxa Aplicada
Participantes	O Participante Ativo efetuará Contribuição mensal resultante da aplicação sobre o seu Salário Real de Contribuição de um percentual inteiro, determinado a seu critério.	De 2,00% até 20,00%
Participantes Autopatrocínados		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.
Participantes Optantes		0,00%

As **Contribuições Facultativas** dos Participantes Ativos, Autopatrocínados e Optantes, são realizadas na forma de aporte de recursos ou percentual de livre escolha, incidente sobre o seu Salário Real de Contribuição, sem contrapartida do Patrocinador.

As Contribuições dos Participantes Ativos e Autopatrocínados para custeio dos **Benefícios de Risco** correspondem a 0,28% de seu respectivo Salário Real de Contribuição.

7.2 Custeio dos Patrocinadores

7.2.1 Custeio Normal

Custeio Normal	Taxa Aplicada
Patrocinador	A Patrocinadora efetuará Contribuição Normal mensal equivalente a 100% (cem por cento) da Contribuição efetuada pelo Participante Ativo.

As Contribuições do Patrocinador destinadas a incentivar a migração foram especialmente elaboradas para estimular o processo de migração de Participantes de outros Planos administrados pela Fundação para o CELGPrev. Não estão previstas Contribuições para incentivar a migração.

As Contribuições dos Patrocinadores para custeio dos **Benefícios de Risco** são paritárias às Contribuições vertidas pelos Participantes Ativos correspondentes a 0,28% de seu respectivo Salário Real de Contribuição.

7.3 Custeio dos Assistidos

Não Aplicável.



7.4 Plano de Custeio Administrativo³

Para a cobertura das despesas administrativas do Plano, são previstas Contribuições de Participantes Ativos, Assistidos, Autopatrocinados e Optantes, equivalentes à aplicação do percentual de 0,96% de seu Salário Real de Contribuição ou Benefício.

As Contribuições para o Custeio Administrativo de responsabilidade dos Patrocinadores são paritárias as Contribuições dos Participantes Ativos.

O Plano CelgPrev tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela Fundação.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2022.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA n° 070



Cássia Maria Nogueira
Sócia Consultora Sênior - Previdência
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE n° 1.049

³ Informações de responsabilidade ELETRA.





RN/051/2022/ELETRA

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2022.

Ao

Sr. David Augusto de Abreu

Diretor-Presidente da

ELETRA – Fundação de Previdência Privada

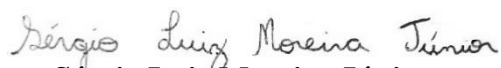
Prezado Senhor,


Apresentamos em anexo o Parecer Atuarial da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2021 do Plano ELETRA 01, CNPB nº 1980.0023-47, administrado pela ELETRA.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070


Sérgio Luiz Moreira Júnior
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 3.525


Cássia Maria Nogueira
Sócia Consultora Sênior - Previdência
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

ELETRA – Fundação de Previdência Privada
Plano ELETRA 01 - CNPB nº 1980.0023-47

Parecer Atuarial da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2021

1. Introdução / Objetivo

Este Parecer Atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 Plano Eletra 01, doravante Plano, administrado pela ELETRA – Fundação de Previdência Privada, bem como o Plano de Custeio referente ao ano 2022.

A Avaliação Atuarial de 2021 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano de Benefício ELETRA 01, aprovado pela antiga Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por meio do Ofício nº 3201/SPC/DETEC/CGAT, de 27.08.2007;
- As informações cadastrais dos assistidos na data base de novembro/2021, cuja coerência e consistência dos dados disponibilizadas pela entidade foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários, conforme item 2;
- Os demonstrativos contábeis do Plano em 2021 fornecidos pela Fundação;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais registrados no item 3, definidos observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Em dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2020 (PED 2020), pelo seu valor máximo, cujo prazo de amortização se dará de 04/2022 a 03/2035, conforme plano de custeio descrito no item 7.



2. Base de dados

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Assistidos e pensionistas encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 30.11.2021. As referidas bases de dados foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, isto é, não é possível afirmar se os dados são exatos e verídicos, cabendo, em qualquer hipótese, à Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2. Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.2.1. Participantes Aposentados

TABELA 1

Tipo de Aposentadoria	Frequência	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média (em anos)
Tempo de Serviço	59	R\$ 7.834,58	R\$ 275,78	75,43
Especial	7	R\$ 1.991,29	R\$ 70,09	80,45
Idade	4	R\$ 4.234,71	R\$ 149,06	83,06
Invalidez	8	R\$ 1.343,64	R\$ 47,30	73,82
Proporcional	16	R\$ 3.435,74	R\$ 120,94	75,94
Total	94	R\$ 5.945,10	R\$ 209,27	76,08

2.2.2. Pensões

TABELA 2

Tipo de Beneficiário	Frequência	Suplementação Média	Idade Média (em anos)
Pensões	30	R\$ 3.034,79	-
Pensionistas	31	-	69,03
Beneficiários Vitalícios	30	-	70,79
Beneficiários Temporários	1	-	16,25

Não foram observadas variações atípicas na base de dados de assistidos e pensionistas, entre 2020 e 2021, que apenas refletiram a extinção de benefícios decorrentes de morte de assistido e de pensionistas ou de perda da qualidade de beneficiário.



3. Hipóteses Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2021, destacam-se as indicadas a seguir:

TABELA 3

Item	AA 2021	AA 2020
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa real anual de juros ¹	4,63% a.a.	4,96% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Basic M&F	AT 2000 Basic M
Tábua de Entrada em Invalidez ²	-	-
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 57 Forte	IAPB 57 Forte
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas ³	-	-
Hipóteses sobre rotatividade anual ²	-	-
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	-	-
Crescimento real anual esperado dos salários ²	-	-
Inflação anual futura estimada	4,04% a.a.	3,17% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (fator de capacidade) ⁴	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850

¹ Adotada no desconto a valor presente.

² Hipótese não utilizada. Não há massa de participantes ativos

³ Hipótese não utilizada. Os cálculos são realizados considerando a composição familiar real.

⁴ Fator determinado com base em inflação média projetada variável de 3% a 4%. Mantido em razão da imaterialidade da alteração.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas relacionadas no item 3.1 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como estudos encaminhados pela Entidade à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determina a legislação e tendo em vista as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos que subsidiaram a definição das hipóteses atuariais por parte da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, bem como o parecer do Conselho Fiscal, conforme os documentos relacionados a seguir:

3.2.1. Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: *Relatório RN/ELETRA nº 003/2021, de 13/12/2021;*
- Estudos específicos das Demais Hipóteses:
 - i. *Estudo de Adequação das Hipóteses Atuarias – 2019 (Eletra 01): Relatório RN/ELETRA nº 001/2019, de 18/11/2019;*
 - ii. *Estudo de Atualização e Adequação das Hipóteses Atuariais – 2020 (Eletra 01 e CelgPrev): Relatório RN/ELETRA nº 002/2020, de 24.11.2020;*
 - iii. *Manifestação sobre as hipóteses atuariais (exceto taxa de juros) a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021: RN/875/2021/ELETRA, de 03/12/2021, e RN/891/2021/ELETRA, de 09/12/2021;*



3.2.2. Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: Atas da 18^a da Reunião (Extraordinária) e da 19^a Reunião (Ordinária) da Diretoria Executiva no exercício de 2021, realizadas em 06 e 14.12.2021, respectivamente;
- Conselho Fiscal: Ata da 5^a da Reunião (Ordinária) do Conselho Fiscal no exercício de 2021, de 15.12.2021;
- Conselho Deliberativo: Ata da 7^a Reunião (Ordinária) do Conselho Deliberativo no exercício de 2021, de 16.12/2021;

Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, relacionados no item 3.2.1, a hipótese da taxa de juros atuarial foi reduzida de 4,96% a.a. para 4,63% a.a. e a tábua de mortalidade geral alterada da *AT 2000 Basic M* para *AT 2000 M&F*, sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021, conforme os ofícios referidos no subitem *iii* do item 3.2.1.

3.3. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento não foram alterados, mantendo-se o Regime de Capitalização conjugado com o Método Idade de Entrada Normal para financiamento de todos os benefícios e Institutos do Plano, excetuando-se os benefícios de Auxílio-Doença e Pecúlio Especial, financiados pelo regime de Repartição Simples, considerados adequados aos benefícios aos quais são empregados.

Cabe ressaltar que não há mais participantes ativos no Plano, e que o Pecúlio Especial foi um benefício transitório, não sendo mais aplicável ao Plano, uma vez que não há Participantes elegíveis a este benefício.



4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

O Plano de Benefício Definido - Eletra 01, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1980.0023-47, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas referentes ao encerramento do exercício de 2021 foram determinadas a partir dos resultados da respectiva Avaliação Atuarial de 31.12.2021, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo que, também, demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico resultante em 31.12.2021:

		Valores em R\$
2.03.00.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	70.935.308,21
2.03.01.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	70.197.280,13
2.03.01.01.00.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	86.407.720,00
2.03.01.01.01.00.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	104.788.998,00
2.03.01.01.01.02.00.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	104.788.998,00
2.03.01.01.01.02.01.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	89.842.784,00
2.03.01.01.01.02.02.00	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	14.946.214,00
2.03.01.01.02.00.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.03.01.01.02.02.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	-
2.03.01.01.02.02.01.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	-
2.03.01.01.02.02.02.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.02.03.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.02.03.00.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	-
2.03.01.01.02.03.01.00	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
2.03.01.01.02.03.02.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.03.01.01.02.03.03.00	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.03.01.01.03.00.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(18.381.278,00)
2.03.01.01.03.01.00.00	(-) SERVIÇO PASSADO	-
2.03.01.01.03.02.00.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	(18.381.278,00)
2.03.01.01.03.02.01.00	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.03.01.01.03.02.02.00	(-) PARTICIPANTES	-
2.03.01.01.03.02.03.00	(-) ASSISTIDOS	(18.381.278,00)
2.03.01.01.03.02.03.01	(-) ASSISTIDOS - DÉFICIT ANO BASE 2019	(7.694.334,00)
2.03.01.01.03.02.03.02	(-) ASSISTIDOS - DÉFICIT ANO BASE 2020	(10.686.944,00)
2.03.01.02.00.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(16.210.439,87)
2.03.01.02.01.00.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(16.210.439,87)
2.03.01.02.01.02.00.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(16.210.439,87)
2.03.02.00.00.00.00.00	FUNDOS	738.028,08
2.03.02.01.00.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.01.00.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.03.02.01.02.00.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TECNICA ATUARIAL	-
2.03.02.02.00.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	712.913,95
2.03.02.02.01.00.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.03.02.02.02.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	712.913,95
2.03.02.03.00.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES	25.114,13
2.03.02.03.01.00.00.00	FUNDO DE EMPRÉSTIMOS	25.114,13



5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

5.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios definidos, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderados pelos valores presentes desses fluxos.

Assim, com base no fluxo do passivo da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 e na metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes, a duração do passivo do Plano ELETRA 01 foi dimensionada em 119 meses ou 9,92 anos

5.2. Ajuste de precificação

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados à índice de preços, classificados na categoria *títulos mantidos até o vencimento*, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial do final do exercício correspondente, e o valor contábil desses títulos

Conforme estudo específico de convergência da taxa de juros (item 3.2.1), o Plano ELETRA 01 contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como *mantidos até o vencimento* de 2023 a 2050, sendo a representatividade de vencimentos no ano de 2023 equivalente a 44,88%. De acordo com o referido estudo, a manutenção desses títulos não compromete a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano até o ano 2032 e, após esse período, mantidas as condições do estudo, em especial pela situação deficitária do plano, há indícios de insuficiência de liquidez que exigiriam a liquidação antecipada desses títulos.

Posto isto, considerando a taxa de juros real anual de 4,63% e o fluxo do passivo dessa avaliação atuarial, o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31.12.2021, informado pela Fundação para o Plano ELETRA 01, é positivo e monta a R\$ 4.428.242,50.

Tendo-se apurado resultado deficitário para o Plano ELETRA 01, em 31.12.2021, o referido valor de ajuste de precificação positivo será deduzido do déficit técnico acumulado para fins de equacionamento do déficit.



6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

Todos assistidos do Plano ELETRA 01 estão agregados em um único grupo de custeio e, portanto, os itens a seguir se referem aos resultados apurados para o plano.

6.1.1. Evolução dos Custos

Como o Plano ELETRA 01 não possui participantes ativos na data-base de cálculo, é nulo o custo atuarial correspondente para 2022. Contudo, os assistidos contribuem com um percentual incidente sobre os seus benefícios, correspondente a 3,52%, além da contribuição extraordinária referente ao plano de equacionamento de 2019, sendo previsto para 2022, também o recolhimento da contribuição extraordinária referente ao plano de equacionamento de 2020.

A tabela seguinte registra o montante das contribuições normais e extraordinárias previstas para serem pagas em 2022 com base no Plano de Custeio descrito no item 7, ora expressas em valores monetários, ora em percentual da respectiva folha de salário-de-participação.

TABELA 4 - FONTE DE RECURSOS 2022

Especificação	Participantes	% folha ativo	Assistidos	% folha assistido	Patrocinador	% folha global	Total
Custo Total							R\$ 2.054.676,00
Contrib. Previdenciárias	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 2.054.676,00	23,61%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 2.054.676,00
Normais ⁽¹⁾	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 306.296,00	3,52%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 306.296,00
Extraordinárias	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 1.748.380,00	20,09%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 1.748.380,00
Déficit Equacionado 2019	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 867.819,00	9,97%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 867.819,00
Déficit Equacionado 2020	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 880.561,00	10,12%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 880.561,00

⁽¹⁾ Inclui a parcela destinada ao Custeio Administrativo.

O custo normal médio manteve-se estável em relação ao exercício anterior, porém o custo total elevou-se em razão da implementação do custeio extraordinário referente ao plano de equacionamento de 2020 que irá vigorar a partir de 01.04.2022.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido reavaliadas em 31.12.2021 (*sem computar a PMaC referente ao equacionamento do déficit de 2020*) variaram R\$ 13,14 milhões em relação àquelas apuradas em 31.12.2020, acima da variação de R\$ 5,29 milhões que era esperada no período pela atualização inerente ao modelo (*atualização monetária e juros, dedução de benefícios pagos e adição de contribuições*), como efeito das perdas sobre os ganhos atuariais desta avaliação atuarial que elevaram as provisões matemáticas do plano em aproximadamente R\$ 7,85 milhões.

A Tabela 5 registra como as provisões matemáticas do Plano Eletra 01 evoluíram entre 2020 e 2021, destacando os respectivos impactos da alteração de cada hipótese atuarial na variação das Provisões Matemáticas e, por fim, os efeitos do registro da *Provisão Matemática a Constituir referente ao equacionamento do Déficit Técnico de 2020 (PMaC 2020)*:



TABELA 5 (Valores em R\$)

	PMBC	PMaC 2019	PMaC 2020	PM Total
Provisões Matemáticas em 31.12.2020	90.918.170	(6.961.114)	-	83.957.056
(+) Variação inerente às provisões matemáticas ⁽¹⁾	5.696.271	(407.470)	-	5.288.801
(+) Alteração das hipóteses atuariais	7.688.203	(267.584)	-	7.420.619
Alteração TMG	4.712.593	(139.372)	-	4.573.221
Taxa de Juros	2.708.234	(124.527)	-	2.583.707
Conjugação das Hipóteses	267.376	(3.685)	-	263.691
(+) Ajuste de experiência da população ⁽²⁾	486.353	(58.165)	-	428.188
(+) Variação Total	13.870.827	(733.219)	-	13.137.608
(=) Provisões Matemáticas em 31.12.2021	104.788.997	(7.694.333)	(10.686.944)	86.407.720

⁽¹⁾ Recorrência: atualização monetária, juros, dedução de benefícios pagos, adição de contribuições.

⁽²⁾ Variações cadastrais (+ / -), como extinção de benefícios e concessão de novos benefícios, se for o caso, sobrevivência (+) ou mortalidade (-) acima da esperada para aquela população no período.

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais ao qual o plano está exposto são inerentes ao modelo em que estão estruturados os benefícios avaliados, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, com maior relevância para aquelas vinculadas à sobrevivência e à taxa real de juros, adotada no desconto a valor presente das obrigações e como meta do retorno dos investimentos financeiros do plano.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, valem as recomendações de sempre: acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 do Plano, foram aprovadas pela Fundação, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3.2.1 deste Parecer.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2021, as provisões matemáticas do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ 16.210.439,87, aproximadamente 18,76% dessas provisões, sendo o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado *negativo* apurado em R\$ 11.782.197,37, quando considerado o ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021, no valor positivo de R\$ 4.428.242,50.

Assim, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o registrado no Título VI, como medida legal mínima para restabelecer o reequilíbrio técnico do plano, conforme especificado no item 6.2.4.



Contudo, os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são compulsórios. Visando restaurar de forma mais definitiva o reequilíbrio e solvência do plano, a EFPC, dentro de critérios técnicos embasados em parecer atuarial, deve buscar estabelecer, entre as causas do resultado deficitário, aquelas que não são passíveis de reversão no médio prazo, para então definir o patamar mínimo do equacionamento, ou mesmo, buscar alternativas mais definitivas, como uma reestruturação mais ampla do plano.

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano ELETRA 01 não possui Fundos Previdenciais em 31.12.2021.

6.2.2. Variação do Resultado

Em que pese o registro da *PMaC 2020*, a situação econômico-financeira do Plano se agravou em 2021. O Déficit técnico acumulado em 31.12.2020, no valor de R\$ 12,18 milhões equivalente a cerca de 14% das Provisões Matemáticas da época, aumentou R\$ 4,03 milhões no exercício, passando a R\$ 16,21 milhões em 31.12.2021, aproximadamente 18,76% das respectivas Provisões Matemáticas totais.

A Tabela 6 apresenta a conciliação da variação do resultado deficitário do Plano entre o encerramento dos exercícios de 2020 e 2021, evidenciando o resultado do exercício antes da contabilização da *PMaC 2020*:

TABELA 6

Decomposição dos Resultados	Valores em R\$
1 - Resultado do Passivo (Tabela 1)	(13.137.607)
2 - Resultado Financeiro	(1.580.994)
Resultado Líquido dos investimentos	5.825.276
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	(7.237.367)
Constituição/Reversão Contingencial	(125.651)
Constituição/Reversão para Fundo Previdencial	-
Constituição/Reversão de Despesas Administrativas	(43.253)
3 - Resultado do Exercício (1 + 2)	(14.718.602)
4 - Déficit Técnico 2020 não equacionado em 2021	(1.491.838)
4.1 Déficit Técnico 2020	-12.178.782
4.2 Déficit Técnico 2020 equacionado em 2021	10.686.944
5 - Déficit Técnico Acumulado em 2021 (3 + 4)	(16.210.439)

Nota-se que o resultado financeiro em 2021 não acompanhou a evolução esperada das provisões matemáticas, apurando-se resultado negativo de R\$ 1,58 milhão, demonstrando que os investimentos não atingiram a meta atuarial, agravando o resultado deficitário do plano, sendo a perda patrimonial no período estimada em R\$ 4,8 milhões, conforme demonstrado na Tabela 7:



TABELA 7 (Valores em R\$)

Patrimônio de Cobertura em 31.12.2020	71.778.274
Adições	923.082
Deduções	(8.160.448)
Rendimento Financeiro Esperado – Meta Atuarial sobre o PCP	10.669.849
Constituições / Reversões de Contingências (-)	(125.651)
Cobertura / Reversão de Despesas Administrativas (-)	(43.253)
Constituição / Reversão de Fundos (-)	-
Patrimônio de Cobertura esperado para 31.12.2021	75.041.853
Patrimônio de Cobertura real em 31.12.2021	70.197.280
Ganho (+) / Perda (-) Financeiro(a) – Dif. Patrimônio de Cobertura	(4.844.573)

Contudo, como o patrimônio de cobertura do plano em 31.12.2020 é inferior as provisões matemáticas na mesma data, para não agravar o déficit técnico do plano, o rendimento financeiro mínimo deveria ter sido da ordem de R\$ 12,57 milhões¹ e não de R\$ 10,67 milhões, conforme estimado na Tabela 7, elevando a perda financeira a R\$ 6,73 milhões.

Em síntese, o agravamento do déficit do Plano Eletra 01 em 2021 decorre basicamente das perdas atuariais decorrentes da alteração das hipóteses atuariais e do ajuste de experiência da população no período, responsáveis por R\$ 7,85 milhões, e da perda financeira, estimada em R\$ 6,73 milhões, que somados equivalem a R\$ 14,58 milhões de perdas, parcialmente compensadas pelo registro da *PMaC 2020* no valor de R\$ 10,68 milhões, cujos resultados agregados equivalem a R\$ 3,9 milhões do resultado negativo apurado no exercício (R\$ 4,03 milhões), sendo a diferença de R\$ 0,13 milhão referente à Constituição/Reversão Contingencial.

6.2.3. Natureza do Resultado

A natureza do resultado do plano no exercício de 2021 decorre tanto de causas estruturais quanto conjunturais, posto que deriva, primordialmente, de alterações das hipóteses atuariais e da rentabilidade do plano que não atingiu a meta atuarial no exercício, como provável efeito da situação econômica atual.

6.2.4. Soluções para Equacionamento de Déficit

Tendo apurado resultado deficitário, a Fundação deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

¹ Valor estimado considerando o montante das provisões matemáticas em substituição ao do Patrimônio de Cobertura.



Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021 (R\$ 4.428.242,50), o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 11.782.197,37:

TABELA 8 - EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(16.210.439,87)
b) Ajuste de Precificação	4.428.242,50
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(11.782.197,37)
Em % das Provisões Matemáticas	13,64%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,92 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2021 o valor de R\$ 5.115.337,02.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (9,92 - 4) \times R\$ 86.407.720,00] = R\$ 5.115.337,02$$

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2021 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2022, novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.

O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2021.

TABELA 9 - MONTANTE MÍNIMO A SER EQUACIONADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(11.782.197,37)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	5.115.337,02
c) Parcela do ETA excedente ao Limite (a + b)	(6.666.860,35)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(864.077,20)
e) Mínimo a ser equacionado	(6.666.860,35)

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

Os Regimes Financeiros e Métodos Atuariais adotados no financiamento dos benefícios do plano, conforme especificado no item 3.3, são considerados adequados haja vista a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado, estando em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.



6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Os valores relativos aos Ativos Financeiros, Fundos Administrativos, Fundos para garantia das Operações e Exigíveis, considerados na apuração dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2021 do Eletra 01, foram informados pela Eletra por meio do Balancete Contábil de 31.12.2021, sendo o dimensionamento desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade;
- O Plano registra no seu Exigível Contingencial a Provisão de R\$ 920.973,01, referente a ações movidas por participantes contra o Plano, equivalente a 1,07% das Provisões Matemáticas.
- Em dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2020 (PED 2020), pelo seu valor máximo, cujo prazo de amortização se dará de 04/2022 a 03/2035
- Em consonância com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31.08.2009 e com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa do Plano ELTRA 01 é de 1% do montante dos recursos garantidores do plano no último dia útil do exercício de 2021.

7. Plano de Custeio

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio previsto para vigorar entre 01.04.2022 e 31.03.2023.

7.1. Custeio dos Assistidos

7.1.1. Custeio Normal - sem alteração em relação a 2021

Custeio Normal dos Assistidos		Taxa Aplicada
Aposentados	Percentual incidente sobre o Benefício Complementar	3,52%
Pensionistas	Percentual incidente sobre o Benefício Complementar	3,52%

7.1.2. Custeio Extraordinário

7.1.2.1. Participantes Assistidos

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de 31.12.2019, todos os assistidos deverão contribuir mensalmente, até março/2034, com importância equivalente a **9,9731%** do valor do Benefício Complementar.

Já para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de 31.12.2020, todos os assistidos deverão contribuir mensalmente, até março/2035, com importância equivalente a **13,5844%** do valor do Benefício Complementar.



7.2. Plano de Custeio Administrativo

Para o custeio das despesas administrativas do Plano ELETRA 01, além dos recursos do Fundo Administrativo, é destinado 15% das contribuições dos Aposentados e Pensionistas, bem como taxa de administração de 0,15% ao ano dos recursos garantidores do plano.

Os Planos de Equacionamento do Déficit de 2019 e 2020 não preveem cobrança, sobre a Contribuição Extraordinária, de parcela destinada ao custeio administrativo.

O Plano ELETRA 01 tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela Fundação.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2022.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070



Cássia Maria Nogueira
Sócia Consultora Sênior - Previdência
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049





PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2021

O Conselho Fiscal da ELETRA - Fundação de Previdência Privada, em consonância com o artigo 42, inciso II, do Estatuto da Fundação e em atendimento ao disposto no artigo 17, item X, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC n. 43, de 06 de agosto de 2021, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021, compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas Notas Explicativas e do Parecer favorável e sem ressalva, emitido pelo Auditor Independente Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., manifesta, expressamente, a recomendação unânime, ao Conselho Deliberativo, de aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2021, sem ressalvas e para os devidos efeitos legais.

Goiânia, 28 de març o de 2022.

Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior
CPF n  090.092.387-33

Ant nio Jesus Galdiano Júnior
CPF n  339.727.818-06

Ednilson Alves da Silva
CPF n  004.266.611-25



PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2021

O Conselho Deliberativo da ELETRA - Fundação de Previdência Privada, em consonância com o artigo 18, inciso XII, do Estatuto da Entidade e, em atendimento ao disposto no artigo 17, item X, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC n. 43, de 06 de agosto de 2021, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021, compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas Notas Explicativas e do Parecer favorável emitido pelo Auditor Independente Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., e ainda, pelo Conselho Fiscal, datado de 28 de março de 2022, manifesta, expressamente, a aprovação unânime das Demonstrações Contábeis do exercício de 2021, sem ressalvas e para os devidos efeitos legais.

Goiânia, 30 de março de 2022.

Leandro Oliveira Cordeiro
CPF n. 095.185.617-02

Gerson Elias Rosa da Silva
CPF n. 303.454.918-07

Daniela Marília da Silva
CPF n. 869.443.711-20

Eduardo José dos Santos
CPF n. 767.706.561-91

José Carlos Zoccoli
CPF n. 212.496.526-34

Luís Carlos Salles Cota
CPF n. 112.748.788-45